



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 60ª reunião, realizada em 29 de maio de 2020

1 Em 29 de maio de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildefonso Cunha
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro
8 e Marcelo Ladeira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
9 (Sede); Jaime Alvino Starke, da Secretaria de Estado de Trabalho e
10 Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de
11 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão
12 Fonseca, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama); Claudinei Oliveira Cruz, da Agência Nacional de Mineração
14 (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato
15 da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues
16 Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José
17 Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio
18 Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale
19 do Mutuca (Pro Mutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade
20 Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de
21 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta.** **1)**
22 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou
aberta a 60ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS**
25 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Claudinei Oliveira
26 Cruz: “Só um comunicado de que a ANM está fazendo consulta pública com
27 relação ao PAEBM, uma nova certificação do PAEBM. É só entrar no site da ANM.
28 Quem quiser dar contribuições, serão bem-vindas.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
29 Grillo: “Eu vou reafirmar aquele pedido que eu fiz para vocês. Se vocês mandarem
30 para nós a pauta da reunião e o material anexado com mais tempo, talvez
31 consigamos consultar a sociedade sem ter que fazer pedidos de vista. Pensem
32 nisso. Eu acho que, se a intenção de vocês é reduzir os prazos, vocês vão reduzir
33 mais os prazos nos dando mais tempo do que fazendo com que tenhamos que
34 fazer pedidos de vista. É só para pensar, não é para falar agora. Você vai me
35 dizer ‘é assim que está no decreto’. Eu sei, mas o decreto não diz que são dez
36 dias. Se for 20, se for 20 e poucos, não se está descumprindo o decreto e vai
37 ajudar a participação da sociedade.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:

38 “Desta vez, eu até solicitei à Secretaria – foi um pedido feito na reunião passada,
39 solicitamos também que fosse realizado –, no dia da disponibilização da pauta
40 com os pareceres, nós disponibilizamos o link para os senhores conselheiros dos
41 processos na íntegra.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Mas infelizmente
42 esse prazo em dias úteis ainda não deu para estabelecermos uma consulta ao
43 pessoal local, mesmo porque tem projetos ali que estão em cidades muito
44 distantes, e até se conseguir fazer um contato com a sociedade é complicado.”
45 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria congratular com o
46 conselheiro Julio Grillo por essa ideia, que eu acho muito plausível. Parabéns, eu
47 acho que é isso mesmo, eu acho tendo um pouquinho mais de tempo nós vamos
48 ter uma eficácia maior na reunião, evitando, inclusive, a questão de pedido de
49 vista. Começamos bem, com pé direito, esta reunião. Parabéns.” Presidente Yuri
50 Rafael de Oliveira Trovão: “Embora até o conselheiro Julio já tenha se
51 manifestado, nós obedecemos ao que está no decreto, o que está no Regimento
52 Interno, e os pareceres vão sendo fechados mensalmente. Então aquilo que é
53 fechado, às vezes a dificuldade nossa de colocar um prazo mais dilatado é
54 justamente essa, porque à medida que os processos vão sendo fechados, que os
55 Pareceres Únicos vão sendo confeccionados, nós vamos disponibilizando para a
56 Secretaria e solicitando que aquele processo seja pautado. Então talvez nós
57 tenhamos essa dificuldade, mas já melhoramos no quesito de mandar para os
58 senhores os links dos processos na íntegra. Vamos estudar as sugestões dos
59 senhores e ver se realmente fica plausível. Mas a grande questão, na minha
60 opinião, é que os processos são fechados mensalmente. Se fechados, a gente
61 pega e pauta. Inclusive, nós temos uma data que antecede – salvo engano, dez
62 dias – para encaminhar para a Secretaria os processos fechados, os pareceres
63 prontos.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Talvez seja essa data, em vez de
64 calcular dez dias para frente, calcula vinte e poucos. Eu acho que, do ponto de
65 vista procedural, não é difícil de ser resolvido internamente, e isso auxiliaria a
66 participação da sociedade.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós
67 vamos estudar a possibilidade.” Matheus Neres: “Eu queria só um pedido mesmo.
68 Eu estava verificando as informações no site da SEMAD sobre as últimas reuniões
69 e estava precisando ter acesso às atas da 49ª e 53ª reuniões e acho que não
70 estão disponíveis ainda. Então solicitar a inclusão. E na ata da 54ª eu achei algum
71 erro de digitação. Fazer a sugestão da alteração, caso seja possível. E algumas
72 informações sobre o SLA. Está tendo alguns problemas para visualização de
73 processos. Ao abrir a verificação, por exemplo, do município de Belo Horizonte,
74 utilizando navegador Google Chrome, ele não abre uma lista, apresenta somente
75 a primeira licença solicitada naquele município. E não mostra as demais. De um
76 universo de dez licenças listadas, tem acesso somente a uma. Eu queria saber se
77 é realmente algum problema do sistema. E saber se também tem previsão de se
78 incluírem outros navegadores dentro do escopo de trabalho do SLA. Então a
79 inclusão das atas da 53ª e 49ª reuniões da CMI. Se possível, uma alteração na
80 ata da 54ª. E essas informações sobre o SLA.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira

81 Trovão: “Em relação às atas, eu creio que estão disponíveis, sim. Talvez algum
82 erro seu ao tentar acessá-las. Creio que estão disponíveis, sim, no site. Nós
83 disponibilizamos todas elas. Em relação a alguma retificação de uma ata já
84 aprovada, não há possibilidade, salvo algum erro nosso aqui da Secretaria, algum
85 erro material feito pela Secretaria. Mas ambas já foram aprovadas. Em relação à
86 59^a, nós vamos votá-la ainda. Realmente, o pessoal está me corrigindo aqui: não
87 estão no site nem a 49^a nem a 53^a. Elas serão colocadas neste momento.
88 Realmente, o senhor tem razão, nós iremos inseri-las agora no site. Em
89 relação à 59^a, nós vamos votar neste momento. Sobre o SLA, eu solicito que
90 encaminhe um e-mail para a Secretaria com essas informações, que
91 respondemos com maior propriedade.” Anderson Silva de Aguilar/SE MAD: “Só
92 complementando, se quiser colocar quais são as dúvidas que ele tem do sistema
93 e quais as informações de que ele precisa, nós conseguimos esclarecer de forma
94 mais objetiva.” **4) EXAME DA ATA DA 59^a REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade
95 a ata da 59^a reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 8 de maio
96 de 2020, com as seguintes retificações e complementações: – Linha 174, onde
97 está escrito ‘parte’, leia-se ‘parque’; – Linha 1.216, a expressão correta é “análises
98 anuais”; – Linha 1.318, onde está escrito “sombra”, leia-se “soma”; – Linha 314,
99 onde se lê “artigo 171 da Constituição Federal”, leia-se “artigo 170 da Constituição
100 Federal”; – A partir da linha 1.355, complementar a manifestação nos seguintes
101 termos: “porque se afirma que na ADA já extrapolaram os limites permitidos na
102 legislação para os parâmetros nitrito, ferro solúvel, manganês total, oxigênio
103 dissolvido, turbidez, sólidos suspensos, cor real, DBO e coliformes
104 termotolerantes. Eu gostaria de saber, fala-se que o monitoramento vai ser feito
105 nos córregos Bichento, Maria José, Cruz e Sem Nome. Um ponto só em cada
106 córrego. Eu gostaria de saber como vai ser avaliada a interferência do
107 empreendimento nesse contexto em que as águas superficiais já estão fora do
108 padrão legal.”; – Linha 858, completar a manifestação: “inferior ao mínimo
109 estabelecido pela ABNT.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig,
110 Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos, Pro Mutuca, SME e Abes. **5)**
111 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA**
112 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**
113 **OPERAÇÃO.** **5.1) Mineração Usiminas S/A. Mina Central. Pilhas de**
114 **rejeito/estéril. Minério de ferro. Itatiaiuçu/MG. PA 00092/1982/067/2018, ANM**
115 **933.980/2010. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso 3º,**
116 **alínea b). Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Conselheiro Julio
117 Cesar Dutra Grillo: “O empreendimento está saindo da disposição de rejeitos de
118 barragem para depósito a seco com pilhas de até 70 m, aproximadamente 140
119 t/m². Eu considero a mudança de disposição de rejeitos em barragens para
120 disposição de rejeito em pilhas um bom avanço. É merecedor de elogios só de
121 estar, espontaneamente, porque foi anterior à Lei 23.291, parece que promovendo
122 essa mudança. Então isso merece todos os elogios. A Usiminas nos fez duas
123 apresentações, para os conselheiros: uma anterior à reunião dia 8 e outra na

124 semana passada. Essa última videoconferência se concentrou nas explicações
125 sobre a engenharia de construção da pilha e no relacionamento da Usiminas com
126 a sociedade local. Foi uma ótima apresentação, principalmente sobre os aspectos
127 técnicos relativos ao preparo do terreno, às inclinações e espaçamento dos
128 taludes, ao acompanhamento dos recalques que a Usiminas reconhece que irão
129 ocorrer e como eles irão lidar com aqueles recalques. Então foi uma explicação
130 clara e que ao menos para mim deu segurança do que está querendo ser feito em
131 termos de tratamento de pilha, uma segurança que ainda não sinto em outras
132 propostas. Eu acho que a própria análise da SEMAD, Supri, Supram, seja quem
133 for, daqui para frente, quando tiver pilha, tem que fazer algumas exigências em
134 cima de como é que vai ser operacionalizada essa pilha, qual é o cuidado inicial.
135 Ali, por exemplo, a Usiminas mostra, 'antes de começar a pilha nós estamos
136 retirando todo o terreno mole, macio, depois o recalque'. Nós sabemos que terá
137 recalque, mas o recalque vai ser cuidado na medida que está subindo a pilha,
138 compactações, e vai ter mudança no perfil, vamos dizer, do escoamento de águas
139 pluviais. Isso tem que ser remanejado ao longo do tempo. Ou seja, toda uma
140 técnica boa. Do ponto de vista técnico, eu fiquei mais tranquilo em relação ao
141 empreendimento. Mas, como eu tinha dito na reunião anterior, aparentemente, o
142 empreendimento não apresenta problema, mas eu não poderia deixar de consultar a
143 sociedade local. E a sociedade local se manifestou de forma contrária.
144 A sociedade civil, vamos dizer assim, porque não é só a sociedade local. Aí tem
145 que considerar que o auxílio que a Teca está nos dando é uma coisa fenomenal.
146 Ela não está participando hoje da reunião porque a irmã dela está doente e ela
147 teve que acompanhá-la. Agora, o relatório que veio da sociedade diz o seguinte.
148 A sociedade entende que não é possível tratar desse licenciamento em um
149 processo técnico de um complexo de 13 Licenças de Operação, dez Licenças
150 Prévias, 29 outorgas, entre outras modalidades, de forma pontual, desconectada
151 do complexo mineral e sem uma avaliação ambiental integrada, inclusive
152 processual. Eu acho que nisso eles têm razão e é uma coisa para a SEMAD
153 pensar com profundidade. Esse negócio da fragmentação dos licenciamentos,
154 sem que você tenha noção dos impactos cumulativos e sinérgicos, é para ser
155 pensado. Segundo, o parecer da Supram não informa a respeito dos dois TACs
156 que estão diretamente vinculados a este processo de licenciamento, apesar de
157 ser importante tomar conhecimento e saber se estão sendo devidamente
158 cumpridas todas as cláusulas. O item 3, da sociedade. Como se pode licenciar
159 uma ampliação em processo de licenciamento onde a validade do processo de
160 licenciamento se encerrou em 2016? Então só uma questão, mas a lógica fica
161 esquisita. Outro item que a sociedade aponta é que o processo foi caracterizado
162 como ampliação e foi reenquadrado para modalidade LAC 1, LP+LI+LO. No
163 entanto, não está claro qual foi a fundamentação desse artigo que justificou o
164 reenquadramento. Item 5. 'O parecer da licença concomitante omitiu importantes
165 informações a respeito da relevância ambiental da área de influência desse
166 processo de licenciamento diretamente ligadas à questão hídrica, inclusive ao

167 abastecimento público. E não foi localizado na documentação um balanço hídrico
168 de todo o complexo no contexto de vazões, onde você considera a água
169 subterrânea e superficial e qualidade da água na área de influência na bacia
170 hidrográfica.' Então isso também não constava. Agora, tem uma coisa que me
171 preocupou do que foi levantado pela sociedade, que eu tinha comido mosca
172 quando analisei o projeto também: a região será afetada em caso de rompimento
173 da barragem de Saramandaia. Se houver rompimento dessa barragem de
174 Saramandaia, ela afeta a pilha, bate em parte da pilha que é objeto desse
175 processo de licenciamento, com uma distância de 2.300 m. Essa análise sistêmica
176 não foi tratada no Parecer Único, é uma coisa de que realmente o pessoal tem
177 um certo receio. Item 7. A sociedade apresentou preocupações sobre as
178 emissões de particulado e qualidade do ar. E o oitavo: a sociedade considera
179 inviável que impactos a espécies de flora ameaçadas de extinção sejam
180 adequadamente mitigados e compensados. Assim como na fauna, porque são
181 perdas e, como tal, irreversível. Então observando as minhas considerações, que
182 são todas positivas, mas as da sociedade civil organizada, que não está se
183 sentindo segura, o Pro Mutuca, como representante da sociedade civil, vota pela
184 abstenção." Conselheira Denise Bernardes Couto: "O nosso relato de vista é
185 conjunto Fiemg, Sindieextra e Sociedade Mineira de Engenheiros. Foi apresentado
186 dentro do prazo regimental. Nós fizemos análise do processo e entendemos que
187 a análise da Supram já foi muito suficiente muito bem-feita. E ainda fazemos um
188 destaque justamente até em uma das questões que o próprio Julio disse, que é a
189 questão da implantação do projeto de filtragem, sistema de disposição de rejeito
190 filtrado. Isso para nós é um ganho ambiental enorme dessa nova tecnologia, e até
191 colocamos no parecer que isso 'resgata a forma correta de minerar e de
192 tratamento dos minérios, sejam eles mais pobres ou complexos, evitando a
193 construção de barragens e fazendo assim também o uso racional da água'. Então
194 para nós, por isso ser um ganho enorme, não só para o meio ambiente, mas para
195 a mineração também, as três entidades, Fiemg, Sindieextra e SME, nós votamos
196 de acordo com o parecer da Supram." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes
197 de Lima: "Eu queria me manifestar porque realmente eu represento uma parte
198 dessa sociedade organizada que o Julio Grillo, nosso colega, fala. A Sociedade
199 Mineira de Engenheiros hoje faz parte de um bloco de especialistas que defendem
200 a engenharia. E nós da engenharia de minas defendemos ainda mais a
201 engenharia sustentável. Tudo que foi falado, tudo a própria Denise, na vista
202 conjunta, já citou, nós realmente representando essa sociedade ou uma parte da
203 sociedade de que o nosso colega Julio Grillo fala, nós somos favoráveis não só à
204 mineração, mas nós somos favoráveis principalmente a uma mineração
205 inovadora. E é nisso que nós tivemos oportunidade de estudar o caso Usiminas.
206 Eu participei das duas palestras, que foram muito bem-feitas pela equipe técnica
207 da Usiminas, pela equipe tanto da parte de projetos como da parte ambiental. E
208 nos comoveu tecnicamente. Porque nós queremos ver em Minas Gerais é
209 evolução, inovação, uma mineração que faça com que o Estado seja pujante, que

210 o Estado retorne a sua imagem nacional e internacional de minérios. Nós estamos
211 vendo agora nessa pandemia que estamos passando com o coronavírus que um
212 dos pontos que mais serão ativados como elemento de sustentabilidade
213 econômica de uma nação vai ser a mineração. É a mineração que dá base para
214 a produção de elementos químicos necessários à saúde pública, é a mineração
215 que serve para fazer com que nós tenhamos fertilizantes melhores para nossa
216 agricultura, para o nosso trabalho e para a nossa sobrevivência. Então eu quero
217 aqui realmente colocar a mineração em primeiro plano na recomposição
218 econômica de Minas Gerais. São essas as minhas palavras. Eu renovo isso e
219 renovarei quando tivermos aqui processos inovadores que trazem segurança na
220 operação, na venda, na comercialização de produtos. E, principalmente, aduzindo
221 mais uma coisa, a importância de que, no caso da Usiminas, no caso da CSN,
222 tivemos o caso da Vale, vamos ter o caso da Gerdau, quando esses minérios são
223 incorporados na economia mineira e fazem com que nós agregamos mais valores
224 à nossa produção.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “A vista é conjunta,
225 a Denise já colocou o posicionamento dos três conselheiros.” Magnus
226 Guimarães/Prefeitura de Itatiaiuçu: “Bom dia, senhor presidente, senhores
227 conselheiros. Eu sou procurador-geral do município de Itatiaiuçu, e o município
228 de Itatiaiuçu gostaria de registrar que empreendimento proporcionará a
229 eliminação de barragens, uma operação sem barragens, segurança para a
230 população, mais prevenção e precaução, implemento de medidas mitigadoras,
231 redução de poluição, redução do impacto ambiental da atividade minerária e
232 valorização dos princípios do desenvolvimento sustentável. Esse é o breve
233 registro do município de Itatiaiuçu.” André Chaves de Andrade/Mineração
234 Usiminas: “Senhor presidente, prezados conselheiros e conselheiras e todos que
235 nos ouvem. Eu falo em nome do empreendimento, do empreendedor. Primeiro,
236 agradecer a todos que compareceram, que aceitaram nosso convite para
237 esclarecimentos prévios. E como já adiantado é motivo de muita satisfação para
238 a Mineração Usiminas seguir em frente com esse processo e apresentar esse
239 projeto à sociedade, através do COPAM, que nos permitirá substituir nosso
240 sistema de disposição de rejeitos em barragens para um sistema de filtragem e
241 disposição a seco. Então a gente vem aqui também esclarecer alguns pontos
242 levantados pelo conselheiro Julio. Essa questão da dúvida sobre a segurança de
243 que a barragem Samambaia, o dam break poderia atingir a estrutura, isso não
244 procede. Nós temos já protocolizado na Defesa Civil. Quero tranquilizar o
245 conselheiro Julio e a sociedade que fez essa interpretação, de que ela não
246 procede. A mancha de ruptura não atinge a pilha, a topografia assim não permite.
247 É uma questão já estudada. Sobre a questão da licença, ela não está vencida,
248 está em fase de renovação, já devidamente protocolizada, até mesmo
249 antecipadamente, uma unificação de todos esses processos de licenciamento,
250 deixando tudo muito mais ordenado. Desde o ano de 2014 que a gente vem
251 buscando essa unificação e revalidação. Então eu acredito que tenhamos
252 esclarecido também todas as outras eventuais dúvidas. E permaneço à

disposição." Henriqueta/Supram: "Só deixar claro para o Julio que não se trata de dois TACs, trata-se de apenas um TAC, que foi feito para o processo, acho que é o processo 45, que é ampliação de barragem. Desculpa, não é ampliação da barragem, é a continuidade da barragem. Mas esse processo em questão entrou para nós como prioridade para que a barragem seja acessada. Então é só um TAC. O TAC entrou nos autos do processo apenas para firmar, mas toda avaliação do TAC tem que ser feito no processo da barragem e não neste processo." Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: "Só para esclarecer um pouco, porque um dos signatários, uma das pessoas que assinaram esse TAC foi eu. Então só para deixar claro aqui como foi feito esse TAC. Foi um TAC assinado, inclusive, pela prefeitura, pela Defesa Civil municipal, pelo Ministério Público Estadual, pelo Estado, por nós representando a SEMAD; e pelo empreendedor. Foi um TAC geral que visava à paralisação da utilização de barragem no empreendimento. E uma das medidas para alcançar esse objetivo maior era que o Estado iria priorizar esse processo de pilha para viabilizar a não utilização de barragem no empreendimento." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu vou falar primeiro para o Orsini, depois para o André e depois para a Henriqueta. Orsini, eu acho que nós dois somos afinados em um monte de coisas, eu acho que nós realmente temos que começar a voltar a ter engenharia no Estado de Minas Gerais, temos que passar a ter empreendimentos feitos com prevenção, precaução, visando sustentabilidade. E a mineração ainda tem que caminhar muito para chegar lá. Mas eu concordo com você, aliás, tenho uma pequena discordância. Ao invés de mineração, eu priorizaria o que seria a recuperação da nossa metalurgia e siderurgia. Porque exportar o minério eu acho que não tem valor, nós temos é que agregar valor nele aqui. E para isso a mudança na matriz tributária seria essencial. Mas basicamente nós concordamos sobre qual o objetivo que a gente tem. No caso do André, realmente, eu acho que o trabalho que vocês estão fazendo é muito bom, você me deixou plenamente convencido da segurança dessa pilha, o que eu não estava. Acho que vocês estão sendo cuidadosos do ponto de vista operacional mesmo, como operacionalizar aquele empreendimento, coisas que eu também não tenho visto de uma maneira geral. Pode ser que tenha outras minerações que estejam caminhando dessa forma, mas que não me mostraram isso dessa forma por enquanto. Mas está existindo uma falha na comunicação com a sociedade. Aquela argumentação que a sociedade me apresentou, me trouxe, que foi a que eu anexei no parecer, sem ter uma explicação boa daquilo, eu acho que eles têm que ficar inseguros mesmo. Nós estamos já dentro de uma crise hídrica que não vai ser fácil também. Então nós temos que começar a analisar os impactos cumulativos e sinérgicos naquela bacia hidrográfica. Nós temos que, para cada uma dessas sub-bacias, principalmente aquelas aonde tem mineração, nós temos que ter estudos e modelos hidrológicos de águas superficiais e profundas para saber realmente quais são os impactos presentes e futuros. Isso não tem sido tratado no âmbito dos licenciamentos, porque eles estão extremamente fragmentados, o que eu

296 acho que não é precaução nem prevenção, em hipótese alguma, essa
297 fragmentação. E sei que vocês também não têm culpa disso, é um processo. Mas
298 o fato é que o relatório que a sociedade me envia não é de quem está seguro com
299 o projeto. O meu voto seria positivo, você sabe disso, eu coloquei isso muito claro,
300 mas, em função de toda a insegurança da sociedade civil, eu tenho que me abster,
301 porque eu não tinha certeza para poder rebater tudo que a sociedade civil estava
302 me apresentando. Mas de qualquer forma eu quero parabenizar vocês pela
303 iniciativa e pela apresentação. À Karla e à Henriqueta, a minha coisa não é contra
304 vocês, o que está apresentado ali está ok. Eu teria mais detalhes, eu, por exemplo,
305 incorporaria ao Parecer Único todo esse cuidado com a pilha que, por exemplo, a
306 Usiminas nos apresentou. Poucas coisas. Mas o problema não está no Parecer
307 Único que vocês emitem, porque o Parecer Único está específico para aquele
308 segmento do empreendimento, aquele pequeno pedaço. E fica faltando noção de
309 conjunto, e a sociedade se sentiu impactada não é por uma pequena mudança, é
310 pelo empreendimento como um todo, ela enxerga o empreendimento como um
311 todo, ela enxerga que a consequência para ela vem de um empreendimento todo
312 e não de um pequeno pedaço.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho:
313 “Eu entendo de uma maneira louvável a postura do conselheiro Julio, mas eu acho
314 que talvez esse fato de ele manifestar-se aqui de uma certa maneira favorável ao
315 empreendimento, por entender interessante o que procura o empreendedor,
316 talvez isso pode aumentar um pouco mais a insegurança da sociedade na hora
317 que manifesta-se assim e depois vota contrário por não ter tido um retorno
318 favorável da comunidade. Eu acho que em casos como esse talvez essa postura
319 deveria ser revista, porque este Conselho aqui é um Conselho multidisciplinar
320 para análise de vários fatores e aqui, inclusive, é o espaço para tentar retirar essas
321 incertezas que ele colocou e que não conseguiu durante a análise do processo.
322 E aí repassar para a sociedade o lado benéfico e a segurança exatamente de que
323 ela precisa, quando tem um parecer assim tão bacana de um empreendimento
324 tão legal, que está buscando melhorias. E essa segurança que ele vai passar para
325 a sociedade civil pode ser, inclusive, posterior à votação. Nós tivemos todo um
326 procedimento de análise do processo, cada um no seu canto, depois tivemos uma
327 reunião com o empreendedor, agora estamos tendo reunião do Conselho, onde
328 podemos debater tanto com o empreendedor quanto com a técnica e sanar essas
329 dúvidas. Porque a minha preocupação é que a sociedade civil nem sempre tem
330 acesso ao lado técnico e a todos os lados que envolvem o estudo dessas licenças.
331 E às vezes se justamente o representante da sociedade civil se porta assim a
332 minha preocupação é que isso aumente a insegurança da sociedade. Então eu
333 acho que nós temos que ter um pouquinho de cuidado quanto a isso, porque, a
334 meu ver, é exatamente o que eu falei, a parte de segurança que a sociedade civil
335 pode vir a ter, a comunidade local, pode ser posterior à votação. Como um porta-
336 voz, ele pode expor isso, ‘eu não tive tempo de consultar de uma forma tão
337 profunda como eu gostaria, mas lá eu me manifestei nesse sentido, foram
338 retiradas essas dúvidas, e nós entendemos que é um empreendimento bacana,

339 pode trazer alguma vantagem, sim, é um empreendimento feito de forma segura
340 etc.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Verônica, eu acho que essa sua
341 sugestão de tranquilizar a sociedade, mesmo que a posteriori, é muito boa, mas
342 acho que quem deveria fazer isso é o próprio empreendedor. Você pode ter
343 certeza disso, depois que eu vi a apresentação da Usiminas, eu me manifestei
344 para a sociedade, ‘olha, isso é bacana, é melhor para vocês’. Mas a sociedade,
345 quem se manifestou, ainda não estava segura disso. E eu tenho um compromisso
346 que firmei com a sociedade, eu vou apresentar os meus relatórios da seguinte
347 maneira: as minhas considerações, as considerações da sociedade e depois o
348 meu voto, que vai depender da soma dessas duas coisas. Eu não iria votar
349 contrariamente ao empreendimento, porque eu acho que ele é um avanço, mas
350 eu não posso votar a favor dele quando a sociedade, que é quem eu represento,
351 está insegura em relação ao empreendimento. Agora, eu tenho certeza de que o
352 André ou a Usiminas, como já abriram e nos demonstraram isso também na última
353 apresentação, já abriram um monte de portas para o relacionamento com a
354 sociedade, possam agora, vendo quais são as dúvidas e questões da sociedade,
355 apresentar isso para eles. Por exemplo, a sociedade estava insegura em relação
356 ao rompimento da barragem de Saramandaia, que poderia afetar a pilha. Ele está
357 dizendo o seguinte: ‘Não, se você for ver, a mancha não bate lá.’ Agora, isso
358 talvez não tenha sido mostrado para a sociedade de uma forma tão clara, não
359 tenha sido passado para a sociedade. A questão da segurança hídrica, com o que
360 a sociedade agora está tão preocupada, nós estamos fazendo cursos nesse
361 período, nós estamos fazendo curso de modelagem hidrográfica de águas
362 superficiais profundas. Isso está sendo feito pelos militantes da sociedade para
363 aprender como é que se faz isso e quais são as consequências e impactos
364 cumulativos e sinérgicos sobre uma bacia hidrográfica. Essa preocupação está
365 sendo por parte da sociedade, e nós queríamos ver isso refletido no processo de
366 licenciamento. Como nós queríamos ver refletido no processo de licenciamento,
367 com uma maior participação da sociedade, de forma a deixá-la mais tranquila em
368 relação aos empreendimentos. Eu acho que o nosso processo tem que ser, ao
369 longo do tempo, mexido, ele tem que evoluir ao longo do tempo. Essa que é a
370 minha opinião.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Isso que o
371 conselheiro Julio colocou é interessante, mas eu acho que sai um pouco da alçada
372 aqui do Conselho, porque o procedimento é previsto dentro de uma legislação. E
373 aí eu acho que, para além dos estudos que a própria comunidade vem fazendo,
374 com a universidade etc., o que eu acho realmente louvável e enriquecedor, talvez
375 falte um movimento junto aos nossos representantes na Assembleia para tentar
376 propor às vezes alguma alteração nesse sentido. Porque a sociedade civil tem
377 garantida, em alguns momentos, a sua participação, dentro da legislação, que até
378 o momento se entende como suficiente. Se ela vê como não suficiente, aí eu acho
379 que cabe, sim, um movimento para tentar alterar, para que tenha uma análise,
380 para além do procedimento de licenciamento ambiental, do que pode ser feito.
381 Mas reforçar a minha opinião, que eu acho que o papel da sociedade civil, da

382 representação da sociedade civil vai aqui para um pouco além disso. Porque eu
383 realmente volto a colocar que me preocupa o posicionamento, que parece
384 ambíguo, para mim. De um lado, favorável, porque o senhor, para além da
385 sociedade civil, tem conhecimento técnico também em algumas questões, o que
386 representa um ganho positivo para vocês. Mas aí a sociedade civil te dá, por
387 alguma razão, um posicionamento contrário. E ao invés de a gente tentar debater
388 por que então a sociedade civil se posicionou contrária – que é o feedback que
389 eles te deram –, tirar a dúvida, por que fica assim meio que talvez em cima do
390 muro – não sei se seria a expressão correta –, vamos tentar debater o retorno à
391 sociedade civil para tentar tranquilizá-la ao máximo. Eu acho que talvez fosse uma
392 forma então de garantir mais ainda a participação da sociedade civil.” Conselheiro
393 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu acho que tudo que está sendo
394 discutido aqui é muito positivo. Entretanto, eu queria fazer uma pequena ressalva
395 a respeito da questão mineral. O Brasil hoje exporta em minérios
396 aproximadamente entre 550 a 600 milhões de toneladas. Só de minério de ferro,
397 somente a Vale tem uma cota de aproximadamente 420 milhões de toneladas,
398 fora as outras empresas exportadoras. Isso contrasta um pouco com a situação
399 da siderurgia, com a situação da metalurgia. Nós somos produtores, e apenas 35
400 milhões de toneladas de aço, incluindo a Gerdau, a CSN, a Usiminas e outros. O
401 problema Julio, para você, que exatamente me contestou, é o seguinte: nós
402 tivemos uma época na nossa vida produtiva, eu participei disso porque tenho 52
403 anos de formado em engenharia de minas e metalurgia, eu passei por esse
404 processo. E esse processo foi o seguinte. Em 1970, o Brasil produzia
405 aproximadamente 20 milhões de toneladas de minério de ferro, enquanto a China
406 produzia 50 milhões. A China hoje produz 800 milhões de toneladas por ano. Nós
407 estamos em 35 milhões. O que é isso? É oportunidade, o Brasil perdeu o trem da
408 siderurgia, da agregação do produto? Uma série de coisas que, infelizmente, se
409 nós formos analisar, nós vamos chegar muito longe. O que nós não podemos
410 perder é que nós somos muito ricos em minérios, nós temos bilhões e bilhões de
411 reservas ainda de minério de ferro e devemos aproveitá-las aproveitar essa
412 ocasião de exportar, gerando divisas, mas também aproveitando matéria-prima
413 aqui, aproveitando a produção siderúrgica dentro da nossa capacidade, dentro
414 das nossas opções de custo Brasil. E o custo Brasil é um custo que impede uma
415 ampliação de produção. Eu conheço os projetos todos de siderurgia em Minas
416 Gerais, participei do projeto da Açominas, convivi com o projeto da Usina II da
417 Usiminas, que infelizmente, por outras razões, não foi possível ampliar, em função
418 justamente desse volume hoje de produção e de custo que a China joga no
419 mundo inteiro. De modo que nós temos que compatibilizar produção interna,
420 valorização do minério para produção interna, valorização de outros minérios. Eu
421 cito o caso de manganês, eu cito o caso do lítio agora, que vem aí a produção de
422 baterias etc. Mas eu queria, presidente, não polemizar isso, porque senão você
423 sabe que eu vou longe nessa história, mas eu queria apenas também dizer o
424 seguinte, só para voltar no caso do processo da Usiminas. É uma questão de

425 compensação florestal, que nós tivemos apresentação do Dr. André, muito bem-
426 feita e que mostrou um aproveitamento muito grande na área de compensação
427 para favorecer a bacia do rio Manso. Isso para nós é motivo de muita segurança
428 porque o rio Manso é uma fonte importante de abastecimento de água pela
429 Copasa aqui na região metropolitana de Belo Horizonte. Então é só essa ressalva,
430 presidente, e agradecer a sua aquiescência ao meu tempo aqui. Se for falar em
431 metalurgia e mineração, nós vamos longe aqui.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
432 Grillo: “Um dia desses eu quero poder sentar e conversar com você para irmos
433 longe, porque eu estou nessa história também desde 71.” Karla Brandão
434 Franco/Supram Central Metropolitana: “Eu vou só fazer um esclarecimento com
435 relação à fala do conselheiro Julio e depois volto para a Henriqueta também
436 complementar os itens de que ele tinha falado sobre a questão da análise de
437 impactos sinérgicos do complexo minerário. Eu abri o parecer aqui. Tem, inclusive
438 nesse parecer, eu considero até um pouco mais completo do que temos para os
439 nossos processos de ampliação: o processo de revalidação está válido,
440 considerando que eles protocolaram dentro do prazo de revalidação, e temos
441 algumas análises que foram com base nos monitoramentos que estão
442 protocolados na revalidação. Então temos, por exemplo, no item 2.9, de
443 monitoramento de recursos hídricos, tem no item de fauna também o
444 monitoramento do complexo. Então vinculado ao complexo minerário temos as
445 análises de impactos de uma forma sinérgica, sim. Além disso, eu posso falar que
446 a Supram Central tem outros processos de ampliação da Usiminas, e
447 conseguimos, dentro da nossa própria equipe, trocar essas informações. Então o
448 monitoramento de fauna é um exemplo bem prático que podemos dar de que
449 consideramos o complexo como um todo. Os pontos de qualidade da água
450 consideramos como um todo. Então podemos não estar tratando da análise de
451 revalidação agora, mas a SEMAD sempre considera um empreendimento como
452 um todo, mas o empreendedor tem a prerrogativa de solicitar as ampliações
453 pontuais. Isso está dentro da nossa legislação. Então a nossa análise pode não
454 ser contemplada nesse parecer de uma forma sinérgica para vocês assim tão
455 claro, trazendo toda a análise das condicionantes de monitoramento da
456 revalidação como traríamos no parecer da revalidação, mas isso faz parte da
457 análise técnica durante a análise do processo.” Conselheiro José Angelo
458 Paganini: “Eu queria manifestar aqui o posicionamento da Fundação Relictos. Nós
459 entendemos que a sociedade civil tem o direito à informação correta e frequente,
460 mas para isso é preciso melhorar a interlocução entre as empresas e a sociedade
461 civil e vice-versa. É necessário que se estabeleça um diálogo produtivo entre
462 essas partes, nós precisamos romper as barreiras existentes e realizar um esforço
463 conjunto dos dois lados para melhorar essa interlocução. A sociedade civil tem
464 várias dúvidas, tem vários medos, vários questionamentos. Isso não chega às
465 empresas, não chega à sociedade civil. Nós precisamos estabelecer mecanismos
466 para resolver esses problemas.” Magnus Guimarães/Prefeitura de Itatiaiuçu:
467 “Bom dia, senhor presidente, senhores conselheiros. Eu serei muito breve. De

468 fato, esse empreendimento proporcionará eliminação de barragens, operação
469 sem barragens, mais segurança para a população, mais prevenção e precaução
470 e implemento de medidas mitigadoras. E com relação ao tema eu gostaria apenas
471 de registrar que o relacionamento institucional da empresa sobre esse
472 empreendimento com o poder público municipal tem sido transparente e objetivo.
473 E também o relacionamento da empresa com relação ao esclarecimento sobre a
474 desativação das barragens tem sido também bem frequente e bem transparente.
475 Inclusive, essa semana, a empresa se reuniu com uma comunidade próxima à
476 atividade minerária e tratou sobre o tema de forma clara e objetiva.” Conselheira
477 Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Também é sobre só essa questão do
478 relacionamento, de a sociedade civil ter acesso às informações. À época em que
479 eu coloquei isso, eu acho que o conselheiro Angelo não estava ainda no
480 Conselho. Mas eu faço parte de um setor da Secretaria de Governo que é de
481 relações institucionais, e o nosso papel é exatamente auxiliar, na verdade, o
482 relacionamento entre governo, sociedade civil, os outros poderes, Assembleia etc.
483 Então eu já tinha me colocado à disposição, volto a reiterar que posso servir como
484 um canal, exatamente nesses casos, até mesmo por ser conselheira do COPAM,
485 de acesso à informação, busca da informação para a sociedade civil. Então eu
486 me coloco à disposição da Fundação Relictos e de qualquer outra organização da
487 sociedade civil, porque é um dos papéis da Superintendência de Articulação.”
488 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Verônica, o que acontece é o seguinte. Essa
489 interlocução, a sociedade só vai sentir confiança na interlocução se ela achar que
490 está lidando, na interlocução, com uma pessoa que possa estar,
491 circunstancialmente, do lado dela, dependendo da condição. Quando se
492 apresenta uma pessoa ou uma instituição que você já sabe previamente que ela
493 tem lado e que ela será inflexível nas considerações dela, a sociedade não vai
494 aceitar aquela interlocução. E você, por exemplo, se pegar seu histórico de anos
495 de votação, não teve nenhuma única vez que você não votou com o governo, com
496 o Parecer Único. Então isso faz com que a sociedade não confie que, por
497 exemplo, uma pessoa como você possa ser a interlocução da sociedade. Não é
498 por você, Verônica, por favor, não entenda mal, mas é pelo cargo que você
499 representa. Os representantes do governo aqui, que tem 50% dos votos, votam
500 sempre, sempre, sempre com o Parecer Único. Quer dizer, não existe uma
501 discordância nem técnica administrativa nem nada. Então, enquanto você tiver
502 esse voto monolítico, a sociedade está retraiada. E este é o momento, depois de
503 todos esses desastres que nós tivemos ao longo tempo, que continuamos tendo,
504 porque colocar uma barragem no nível 3 em cima de uma sociedade, mesmo que
505 ela não rompa, aquilo é um desastre para a sociedade. Depois de todos esses
506 desastres, a forma de lidar com a sociedade tinha que ter alterado, tinha que ter
507 mudado. E acho que uma postura como a de todos os representantes do governo
508 de votar monolicamente com o Parecer Único acaba com essa confiança.
509 Porque o que você vê é o seguinte: não vai haver espírito crítico em cima do que
510 está sendo apresentado, o voto chegou pronto. Eu não estou falando isso por

511 hoje, pela reunião passada, pela anterior, eu estou falando isso por um histórico
512 dos anos recentes. Então o resgate dessa confiança, Verônica, vai passar por
513 outro lugar. Eu acho, por exemplo, que a forma como a Usiminas está tratando
514 essa questão, eu acho que está indo legal. Agora, se eles pegarem essas dúvidas
515 que a sociedade apresentou e mostrarem para a sociedade, isso fica resolvido
516 com eles lá, entre eles.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Na
517 verdade, eu acho que então falta um pouquinho ao conselheiro um conhecimento
518 maior do meu histórico, porque eu já votei contra, sim, já votei contra, já, inclusive,
519 indiquei condicionantes etc. Então pode fazer um levantamento aí do
520 acompanhamento da Segov nas reuniões do COPAM que a gente vota contra,
521 sim. E, outra coisa, os Pareceres Únicos, teoricamente, eu acho que o senhor
522 sabe disso, são feitos com base na legislação que foi votada, inclusive, pela
523 sociedade civil, por todos nós, que passa por um processo legislativo dentro da
524 Assembleia, proposta pela própria sociedade ou pelo deputado ou pelo
525 governador e passa naquele processo que vem nas mãos das pessoas as quais
526 nós colocamos lá. Então é um ato vinculado. Então eu acho que vai um pouquinho
527 para além dessa questão de confiança. Mas pode ver que eu votei contra já.”
528 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu não vou permitir mais essa
529 discussão, senhores conselheiros. O que eu já falei várias vezes aqui aos
530 senhores, primeira coisa, nós temos que respeitar os votos diferentes dos nossos,
531 cada entidade aqui representa determinado órgão e vota como acha ou que
532 entende ser a melhor forma de votar. Outra coisa, eu acho que nós não podemos
533 nos arvorar, de qualquer forma, de representantes de todos, aqui é uma comissão
534 paritária, o Sr. Julio representa, o Carlos Orsini representa, o José Ângelo, a
535 Verônica. Então todos os senhores representam determinado segmento. Se
536 representam determinado segmento, eu não posso me arvorar como
537 representante de uma sociedade que eu não represento. E é por isso que a
538 diversidade, o processo nosso aqui, tem várias entidades que fazem parte, por
539 isso nós devemos respeitar os votos diferentes aqui dentro do Conselho. Eu acho
540 que nós já esgotamos aqui até a mais em relação a esse ponto de pauta e vou
541 colocar em votação. Em votação item 5.1, Mineração Usiminas S/A, Mina Central,
542 Processo Administrativo 92/1988/067/2018. Em votação. Votos favoráveis:
543 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindietra, Fiemg, Relictos, SME
544 e Abes. Abstenção: Pro Mutuca. Justificativa de abstenção. Conselheiro Julio
545 Cesar Dutra Grillo: “Eu acho que é uma evolução, sem sombra de dúvida, encerrar
546 os trabalhos com barragem e começar com pilha. Acho que a Usiminas nos
547 demonstrou claramente que está com cuidado com as pilhas e que, por exemplo,
548 não está escondendo que vai ter recalque. Porque nós sabíamos, tecnicamente,
549 que essas pilhas provocariam recalque no terreno. A primeira nos mostrou como
550 é que está cuidando dos recalques. Então tem um conjunto de coisas
551 extremamente favorável, mas a sociedade... Agora então eu vou me corrigir, Yuri,
552 não é a sociedade civil, eu usei um termo indefinido. As ONGs, organizações não
553 governamentais de defesa do meio ambiente, que estão muito bem articuladas.

554 Eu acho que como nunca tivemos uma articulação como a que existe hoje. As
555 ONGs têm fórum de discussão etc. E as ONGs não estavam seguras. O André
556 conseguiu dar duas respostas aqui a algumas daquelas questões que ficaram
557 muito claras, a Karla deu uma resposta que também ficou muito clara, mas as
558 ONGs não estavam confiantes. E eu estou representando aqui – então aí
559 corrigindo – não a sociedade civil, mas as ONGS. Nós tínhamos 28 ONGs no
560 Estado para poder escolher os seus representantes. E alguns acordos foram
561 feitos. Da minha parte, o que eu me comprometi foi fazer um trabalho da forma
562 que estou fazendo agora. Então o meu voto é abstenção por esse motivo.” **6)**

563 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**
564 **CORRETIVA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **6.1)** Gerdau
565 **Açominas S/A. Mina de Várzea do Lopes (Pilha de estéril PDE-01). Pilhas de**
566 **rejeito/estéril. Minério de ferro. Itabirito/MG. PA 001776/2004/028/2017, ANM**
567 **932.705/2011. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
568 **alínea b).** **Apresentação:** Supri. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
569 “Inicialmente é importante lembrar que o complexo da mina Várzea do Lopes já
570 teve que assinar dois termos de compromisso com o Ministério Público. É um
571 histórico que, para as ONGs, é pouco recomendável. Nós temos que ter uma
572 atenção redobrada. Dou os parabéns à equipe da SEMAD pela exigência de um
573 programa de manutenção de corredores ecológicos, o que realmente é muito
574 importante naquela região. Eu acho que em todos esses processos de grandes
575 complexos a SEMAD tem que olhar para a questão dos corredores ecológicos. É
576 importante lembrar também que o empreendimento está localizado em zona de
577 amortecimento e com a sua anuência sendo questionada. Vamos ver os
578 comentários da sociedade a respeito. Um dos itens que mais me preocuparam foi
579 a pilha com altura final de 223 m, o que vai dar mais ou menos 446 t/m². A
580 sociedade também se sente insegura com isso, querendo saber o seguinte: quais
581 são os cuidados que você vai ter em função dos recalques que existirão, qual é a
582 inclinação dos taludes, qual é o espaçamento. Quer dizer, querendo saber quais
583 são os cuidados. O item 9.2 diz que ‘o projeto engenharia foi realizado pela BVP
584 Engenharia seguindo a norma ABNT’. Acontece que as normas ABNT são
585 vendidas. Eu, por exemplo, não tenho acesso a essas normas, não vou comprar.
586 Vão me desculpar, mas numa época como esta eu não vou comprar a norma. Já
587 que eu não tenho acesso a essa norma, não encontrei cálculo que garanta que o
588 subsolo aguenta esse peso sem recalcar ou um projeto de engenharia que
589 garanta que os recalques não afetarão a estabilidade da pilha, eu não tenho
590 segurança nela. Agora, o mais importante aqui, implantação do projeto: os
591 produtos denominados granulados interfit são levados pela BR 040 até a Usina
592 Presidente Arthur Bernardes, em Ouro Branco e Congonhas, percorrendo uma
593 distância de 70 km. Esse transporte vai continuar concorrendo com os outros
594 veículos na BR? Até quando? Isso é inaceitável. Qualquer pessoa que tenha ido
595 para o Rio de Janeiro já passou por esse trânsito de caminhões, não dá mais, não
596 podemos continuar dessa forma. Então por falta de informações sobre o peso e a

597 estabilidade da pilha, pela dúvida a respeito das anuências dos conselhos das
598 unidades de conservação afetas, pelo tráfego de caminhões na BR 040, o Pro
599 Mutuca vota de forma contrária ao empreendimento. Indeferimento. Mas eu queria
600 agora fazer um acréscimo. Anteontem, o Francisco, da Gerdau, me enviou um e-
601 mail convidando para um esclarecimento que seria ontem, às 4h da tarde, mas
602 ele me enviou muito em cima da hora. Eu já tinha me comprometido com um
603 trabalho e tinha que terminar esse trabalho até às 6h, e não deu para poder
604 participar da apresentação dele. Eu acho que quando for assim a gente tem que
605 tentar combinar com um pouco mais de antecedência para evitar um atropelo de
606 última hora. Mas de qualquer forma o meu voto é pelo indeferimento.” Conselheira
607 Denise Bernardes Couto: “O nosso relato foi de forma conjunta entre Sindiextra,
608 Fiemp e Sociedade Mineira de Engenheiros, apresentado também dentro do
609 prazo regimental. Em toda a análise do processo, não encontramos qualquer
610 impedimento, qualquer fato que desabone. E nos colocamos de acordo com o
611 parecer da Supram.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Ontem
612 tivemos oportunidade de assistir à apresentação feita pela Gerdau, através do Dr.
613 Francisco. Foi muito boa, outros conselheiros participaram também, Paganini,
614 Valter Vilela... E aí eu queria dizer uma coisa importante. Primeiramente, que foi
615 uma apresentação muito elucidativa, embora já tínhamos feito o relatório de vista,
616 aprovando, como a Denise acabou de dizer. Foi muito elucidativa porque revelou
617 outros aspectos importantíssimos que eu considero, que são com relação ao
618 Monumento da Serra da Moeda. Isso é um fator muito importante que a mineração
619 leva em consideração. Quando você tem uma área aproximadamente entre cava,
620 empilhamento, acesso etc. em torno de 300 hectares, a Gerdau está gerando
621 quase 2 mil hectares de áreas de proteção. Não só na própria estrutura de
622 compensações ambientais que ela está dando como também na própria região
623 da serra da Moeda. Então isso aí é uma forma de a gente ver a importância. Outro
624 problema também que eu cito, que o próprio Grillo comentou, o que é muito válido,
625 e essa questão do transporte rodoviário. O problema também ali se dá na questão
626 da duplicação. Nós tivemos o arrendamento ou a privatização da BR 040 nesse
627 ponto, que eles não cumpriram, não cumpriram a duplicação que deveria ser feita.
628 Então não podemos agora culpar a mineração por conta disso. Então eu coloco
629 isso aqui, está muito claro, porque não houve também a publicação, o que
630 facilitaria muito esse transporte. Porque na verdade não se está fazendo grande
631 aumento de produção. Várzea do Lopes está mantendo uma produção, e a
632 quantidade de veículos transportados é o que está se mantendo durante alguns
633 anos. O problema realmente é que se faz necessária a duplicação daquela área.
634 A BR 040 é duplicada em grande parte, e em uma área crítica ela não sofre
635 duplicação. Vai aí a minha recomendação para isso.” Conselheiro Thiago
636 Rodrigues Cavalcanti: “Presidente, sem manifestação. O parecer conjunto Fiemp,
637 SME e Sindiextra. Portanto, favorável nos termos do parecer.” Conselheiro José
638 Angelo Paganini: “Nós participamos da reunião de esclarecimentos da Gerdau, e
639 foi bastante interessante. Eu tratei com eles algum problema que eu levantei, e

640 eles me deram uma explicação. Mas eu gostaria também de uma explicação da
641 Supram. Com referência à outorga, na página 5 do parecer, fala que os
642 requerimentos de outorga para canalização de cursos d'água e barramento foram
643 formalizados, mas encontram-se aguardando deliberação do Comitê de Bacia.
644 Eles foram formalizados dia 11 e encontram-se aguardando o parecer do Comitê
645 da Bacia do Velhas. Nós sabemos que tem legislação que estabelece um prazo
646 de 60 dias para que o Comitê de Bacia se manifeste sobre esse processo. Se o
647 Comitê de Bacia não fizer isso dentro desse período de 60 dias, sobe para o
648 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que analisa em sua primeira reunião
649 subsequente. Se o Comitê do Velhas ainda não deliberou, esse processo de
650 licenciamento não poderia acontecer faltando esse documento. Eu gostaria de
651 saber por que o procedimento estabelecido na legislação não está sendo
652 cumprido. Outro ponto seria sobre monitoramento hídrico. Na página 28, fala
653 sobre várias violações de limite, pH, DBO, sólidos suspensos totais, turbidez,
654 óleos e graxas, coliformes fecais, recorrência de violação no ponto H17. De uma
655 maneira geral, os corpos hídricos do empreendimento estão num contexto,
656 segundo informação do Parecer Único, onde as características de água são
657 alteradas pelos empreendimentos instalados no entorno do empreendimento.
658 Fala-se também de concentrações de metais no córrego Lagartixa e estabelece
659 como uma possível causa a condição natural do solo na região. O que nós
660 gostaríamos de saber é como está sendo avaliada a real contribuição do
661 empreendimento. Nós vimos que tem vários córregos que passam dentro do
662 complexo mineralício. É feito um monitoramento. Mas como está sendo avaliada a
663 real contribuição ou o real impacto produzido por esse empreendimento. São duas
664 dúvidas que eu gostaria que se esclarecessem." Francisco de Assis Lafetá
665 Couto/Gerdau: "Bom dia, senhor presidente e conselheiros da CMI. Meu nome é
666 Francisco Couto, sou gerente de Sustentabilidade da Gerdau. Eu gostaria,
667 rapidamente, de fazer alguns esclarecimentos e trazer informações sobre esse
668 processo. Meus colegas da Gerdau também estão inscritos e apresentarão
669 detalhes também sobre os questionamentos dos conselheiros. Trata-se de um
670 processo de Licença de Instalação Corretiva concomitantemente com Licença de
671 Operação, uma vez que não foi possível implantar o empreendimento na sua
672 totalidade no prazo anteriormente estipulado pela Licença de Instalação. Esse
673 empreendimento já havia sido anteriormente licenciado em novembro de 2011,
674 passou por esta Câmara de Mineração, mas por questões de mercado não foi
675 possível implantar totalmente a pilha de estéril. Ou seja, todos aqueles
676 procedimentos anteriores tiveram de ser repetidos, novos estudos ambientais de
677 EIA/Rima, anuênciam da prefeitura, anuênciam das unidades de conservação,
678 anuênciam do Iepha, do Iphan, Ibama, pagamento de novas taxas de análise de
679 estudos etc. Esse processo que está sendo discutido aqui neste momento traz
680 pequenas modificações no volume da pilha, da área diretamente afetada e em
681 controles ambientais também. Nesse quesito, mais importante foi a alteração da
682 implantação de diques de contenção de sólidos para sumps. São estruturas

683 escavadas no solo que entendemos neste momento as mais adequadas para
684 esse tipo de empreendimento. Já foram aprovadas na Câmara de Proteção à
685 Biodiversidade (CPB) as compensações ambientais relativas a supressão da
686 Mata Atlântica, da área de preservação permanente (APP) e de espécies
687 ameaçadas. Serão cumpridas oportunamente as compensações relativas à Lei
688 do Snuc, 0,5% do valor do investimento, a compensação minerária, e conforme
689 condicionantes postas pela Supri. Foram apresentados 19 programas de
690 monitoramento, mitigações e compensações ambientais e sociais durante o
691 processo. Aconteceram quatro vistorias do órgão ambiental para o completo
692 entendimento desse empreendimento. A mina de Várzea do Lopes tem
693 tratamento a seco de minério, ou seja, não tem barragem de rejeitos nesse site.
694 A Gerdau, na sua mina de Miguel Burnier, tem uma barragem de rejeitos já
695 descomissionada, com aprovação da ANM e da FEAM. A outra barragem de
696 rejeito que se encontra em operação já tem o seu projeto de descomissionamento
697 e descaracterização aprovado pela ANM, e aguardamos aprovação da FEAM
698 para início dos trabalhos com vista ao cumprimento do prazo estipulado pelas
699 legislações estaduais e federais. Estamos em processo adiantado de
700 licenciamento de filtragem de rejeito, esperamos estar aprovado ainda no primeiro
701 semestre nesta Câmara. Vale lembrar também que aproximadamente 90% do
702 volume de minério de ferro produzido pela Gerdau são utilizados em suas plantas
703 siderúrgicas, na usina de Ouro Branco, Barão de Cocais e Divinópolis. Dessa
704 forma, somente 10% da produção são destinados a venda. Com relação a
705 segurança de pilha de estéril, nós entendemos a preocupação do conselheiro,
706 mas gostaríamos de informar que a Gerdau não contrata empresa pelo menor
707 preço, nós trabalhamos com empresas de ponta da engenharia civil e de minas.
708 Outras pilhas de estéril já foram implantadas pela empresa sem qualquer
709 anormalidade. A pessoa que vai me suceder vai falar um pouco mais com relação
710 à questão de segurança dessa pilha. Os nossos níveis estão bem acima do
711 preconizado pela legislação e pela norma ABNT. Com relação ao acordo judicial,
712 não cabe ao órgão licenciador, no caso a Supri, verificar o cumprimento das
713 cláusulas do acordo judicial em termo de compromisso firmado entre a empresa
714 e o Ministério Público. Isso é função exclusiva do agente tomador, ou seja,
715 Ministério Público. Só para tranquilizar os conselheiros, a Gerdau vem cumprindo
716 religiosamente todas as cláusulas sob sua responsabilidade, e nosso consultor
717 jurídico irá trazer também maiores informações. Com relação à BR 040, realmente
718 o conselheiro Orsini já adiantou essa questão, mas nesse caso em tela o
719 empreendimento em questão não utilizará a BR 040, a disposição de estéril é feita
720 somente utilizando estradas internas. Entendemos a preocupação do conselheiro
721 em relação a esse assunto, mas a empresa tomou uma série de medidas que têm
722 como objetivo aumentar a segurança dos usuários da rodovia e das empresas
723 que prestam esse tipo de serviço. Essas ações poderão ser deparadas mais à
724 frente pelos meus colegas, em seguida. Com relação às anuências das unidades
725 de conservação, será informado pelo nosso jurídico. De antemão, eu gostaria de

726 informar aos senhores que houve 13 reuniões de discussão das audiências do
727 Mona e da Estação Ecológica de Arêdes para concessão dessa anuência. Eu
728 mesmo devo ter participado de pelo menos umas cinco reuniões. De forma que é
729 um grande equívoco dizer que os conselhos consultivos das unidades de
730 conservação não foram ouvidos. Está tudo gravado e bem documentado. Maiores
731 detalhes também poderão ser apresentados logo à frente. Com relação à outorga
732 de água colocada pelo conselheiro Paganini, eu entendo a preocupação dele, nós
733 discutimos isso ontem. É interessante falar que, em função da mudança da
734 legislação de recursos hídricos, a outorga de implantação do dreno de fundo
735 necessita agora na anuência do Comitê de Bacia do Rio das Velhas. O IGAM já
736 repassou ao Comitê o seu parecer favorável à outorga, nós já apresentamos o
737 projeto na Câmara Técnica de Cobrança e Outorga (CTOC) do Comitê, e já houve
738 uma vistoria de campo no empreendimento. Infelizmente, quando o nosso
739 processo já estava pautado para discussão da aprovação do mesmo, aconteceu
740 o evento da pandemia, e a reunião foi cancelada. Estamos ainda no prazo
741 regimental de 60 dias para análise da outorga pelo Comitê, uma vez que os prazos
742 foram suspensos pelos Decretos Estaduais 47.890, 47.932 e 47.966, publicado
743 na data de hoje. O Comitê do Rio das Velhas não está realizando reuniões virtuais
744 como esta que estamos fazendo agora. De forma que foi inserida uma
745 condicionante 13 relativa a essa questão da outorga. Eu acho que passei em
746 todas as questões levantadas pelo Ministério Público, com relação à anuência da
747 unidade de conservação. Quanto à pilha, nós vamos tecer maiores detalhes com
748 nossa empresa projetista. E quanto à BR 040 e com relação às outorgas também.
749 E agora meus colegas da Gerdau que vão me suceder vão trazer maiores
750 detalhes." Paulo César Parra/Representante do empreendedor: "Nós somos
751 responsáveis pelo projeto dessa pilha, e o que eu queria comentar a respeito da
752 estabilidade da estrutura é que é uma estrutura já dimensionada, calculada e
753 estável. Na Gerdau, existem outras estruturas, outras pilhas de dimensão
754 semelhante a essa e com inclinação de talude, condições de estabilidade
755 semelhantes, e têm tido um comportamento normal, sem problemas. O que eu
756 queria comentar é que é uma estrutura altamente estável e segura. Eu sei que
757 existem alguns questionamentos do Julio sobre a estabilidade da estrutura, e o
758 que eu queria comentar era isso. Estrutura estável, calculada, dimensionada, com
759 sistema de drenagem interna, contadores calculados. Então é uma estrutura
760 estável. O Rafael vai comentar ainda sobre estabilidade. Estou à disposição para
761 qualquer dúvida a respeito do projeto." Ana Luiza Leal/Gerdau: "Bom dia. Eu sou
762 do time de engenharia da Gerdau e estou disponível também para esclarecer
763 qualquer questionamento complementar aos do Paulo Parra e do Rafael. E eu só
764 queria ressaltar um ponto, a dúvida quanto à capacidade de a fundação resistir à
765 sobrecarga da pilha, foram feitos vários estudos, investigações geotécnicas e
766 geológicas, através de sondagens, e tudo foi calculado de acordo com a norma
767 que o próprio Julio Grillo. Todos os fatores de segurança encontrados foram
768 superiores, como ressaltado no relatório. Estou aqui disponível para maiores

questionamentos e complementar o que o Rafael vai explicar também.” Filipe Leão Morgan da Costa/Gerdau: “Eu faço parte da equipe do licenciamento da Gerdau. Respondendo ao questionamento do Sr. Paganini sobre o monitoramento que é executado na mina de Várzea do Lopes, primeiramente, eu tenho que falar que a mina de Várzea do Lopes já tem uma malha de monitoramento bem extensa, que vem dos projetos que já estão instalados lá. Já temos monitoramento a montante, temos monitoramento dos corpos hídricos que passam dentro do empreendimento e tem monitoramentos a jusante do empreendimento. Esse processo de monitoramento por meio do PU, enviado pela Supri, ainda acrescentou mais pontos de monitoramento, que já vêm sendo executados. Nós já estamos executando esses pontos monitoramento que estão a jusante. A ideia é que esses pontos de monitoramento complementem ainda mais essa malha nossa e permitam a identificação dessas condições que muitas vezes acontecem independente do nosso empreendimento. Com relação aos parâmetros que ele identificou na avaliação do PU, nós temos que deixar claras algumas coisas. A maioria dos pontos observados são pontuais. Ele levantou aí alguma questão com relação aos pontos de óleo e graxa, que estavam acima. Na verdade, esses pontos de óleo e graxa que foram observados estavam abaixo do limite de detecção, porque na verdade o limite de detecção apresenta um resultado que tem que ser menor do que 10, e esse gráfico e apresentado com o valor de 10 no relatório, mas na verdade era menor que 10, ou seja, abaixo do limite de detecção do método, ou seja, não tinha nada com relação a esse parâmetro. Então não houve extração nesses pontos SP3 e SP5, que foram observados pelo Sr. Paganini. Com relação aos metais, várias observações que temos com relação a metais, manganês total, alumínio dissolvido e muitas vezes o ferro dissolvido que foram observados lá, esses são background local. Estamos numa área do Quadrilátero Ferrífero em que as águas a montante do empreendimento já apresentam resultados elevados desses metais. Então não temos muito o que fazer nesse sentido. Agora, teve resultados de coliformes fecais que foram observados. Os resultados de coliformes fecais foram observados num ponto de montante do empreendimento, então também não teve relação com o nosso processo. Agora, considerando uma amostra populacional que tivemos, só para esse estudo do EIA foram cerca de 1.600 análises apresentadas. Tirando esse background, os resultados que são em função do background local, da geologia local, os equívocos de Interpretação na questão de óleo e graxa e violações que foram observadas nos pontos de montante do empreendimento, sobram 11 desvios dos recursos hídricos locais, o que representa 0,6% dessa amostragem toda que nós fizemos. Então esses não são possíveis de relacionarmos com o empreendimento. Além disso, temos que deixar claro o seguinte. O nosso empreendimento é certificado na ISO14001, nós temos um sistema de gestão ambiental sólido, reconhecido. E é lógico, nenhum sistema é 100%, esses pontos fora da curva que são exatamente pontuais, toda vez que são identificados, são tratados por meio de tratamento de não conformidade, são

812 investigados, e tentamos sempre corrigir. Tanto é que se formos olhar esses
813 pontos são saídas pontuais em vários pontos diferentes, coisas que não são
814 corriqueiras. O nosso sistema de gestão ambiental é robusto e tenta, sim,
815 abranger o máximo possível essas questões e tratar essas não-conformidades
816 sempre que possível. Fora isso, eu fico aqui à disposição se precisar esclarecer
817 mais algum ponto.” Rafael Carvalho/Representante do empreendimento: “Bom
818 dia a todos, eu sou engenheiro geotécnico da Dam Engenharia. Nós participamos
819 do projeto dessa estrutura dessa pilha de estéril. Essa estrutura foi até
820 questionada por um dos conselheiros, mas nós gostaríamos de tranquilizá-los. O
821 projeto contempla, a estabilidade dessa estrutura foi avaliada de acordo com as
822 normas técnicas vigentes para disposição de estéril, de acordo com as normas de
823 mineração. Inclusive, nós usamos como referência as seções transversais de
824 maior altura da pilha de estéril. E na realidade existe até um certo equívoco, que
825 na verdade os 223 m não são a altura de estéril, é o desnível entre a crista e o pé
826 da estrutura. Não existe uma espessura de estéril de 223 m. Então a fundação,
827 que foi amplamente estudada também na fase de projeto, a fundação é composta
828 de uma camada de um solo residual e comporta, com segurança, essa estrutura,
829 cuja geometria já dimensionada em taludes de 1 para 2, sistema de drenagem.
830 Então uma estrutura projetada dentro de todos os requisitos exigidos com as
831 normas técnicas preconizadas para disposição de estéril na mineração. Inclusive,
832 foi analisada a questão não só na sua condição normal de funcionalidade, mas
833 foi considerada também uma condição extrema, que seria uma chuva intensa,
834 uma saturação parcial do maciço, em decorrência de uma precipitação extrema.
835 Então eu gostaria de tranquilizá-los, o projeto foi bem detalhado, a fundação foi
836 bem estudada, essa geometria foi bem estudada. Então essa estabilidade da
837 estrutura foi bem avaliada por nossos projetistas. É isso que eu gostaria de falar
838 para vocês, para tranquilizar todos os conselheiros.” Alisson Frederico/Gerdau:
839 “Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer a oportunidade. Eu também faço parte
840 da equipe de licenciamento, estou como coordenador da equipe e gostaria de
841 tecer alguns comentários a respeito da questão do transporte da BR 40 que foi
842 mencionado pelo conselheiro Julio. A Gerdau possui um sistema robusto de
843 gestão de todos os nossos transportadores. Atualmente, geramos mais de 900
844 empregos. Nós exigimos de todos os caminhoneiros o laudo mecânico do Inmetro,
845 do Contran. Realizamos também exames toxicológico em todos os motoristas,
846 exigimos checklist diário de inspeção desses caminhões. Possuímos ainda uma
847 empresa especializada em manutenção para justamente verificar os planos de
848 manutenção das transportadoras. Disponibilizamos a sala branca, com
849 iluminação específica para gestão de fadiga dos caminhoneiros, com bicicleta
850 ergométrica, café, dentre outras questões. Possuímos ainda um programa que
851 tem como objetivo a conscientização contra a prostituição infantil nas estradas,
852 programa de reconhecimento de comportamento seguro desses motoristas.
853 Exigimos também a realização de teste de fumaça preta dos caminhões. Temos
854 ainda um sistema de manutenção e limpeza da BR 040 operando por 24 horas

855 por dia na saída da mina, lavadores de roda para todas as carretas. Reforçando,
856 esse empreendimento que está em pauta trata-se de uma pilha de estéril, onde
857 todo o transporte vai ser realizado na parte interna do empreendimento. Ou seja,
858 não vai haver incremento do tráfego de caminhões na BR 040." Marcelo
859 Azevedo/Gerdau: "Eu vou fazer aqui alguns esclarecimentos sobre a seara
860 jurídica, especialmente no que se refere às anuências das unidades de
861 conservação que têm interferência com o empreendimento da Gerdau. O primeiro
862 ponto que precisamos entender é que as anuências das unidades de conservação
863 seguiram exatamente o que prevê a Lei 9.985/2000, que é a Lei do Snuc, e a
864 Resolução Conama 428/2010. Especificamente sobre é o Mona Serra da Moeda
865 e a Estação Ecológica de Arêdes, os Conselhos dessas unidades de conservação
866 são conselhos consultivos, não têm a função de deliberar sobre a concessão da
867 autorização para o licenciamento. Essa competência é do órgão de administração,
868 que, no caso, é o IEF, determinado pelo próprio decreto de criação de cada uma
869 das unidades. Apesar disso, os conselhos precisam, sim, ser consultados e se
870 manifestar. Ocorreram 13 reuniões dos dois Conselhos ou ora de um ora de outro
871 ou de reuniões conjuntas. Os conselheiros apresentaram parecer técnico com
872 algumas observações a respeito do processo. Esse parecer foi respondido pela
873 empresa. Ocorreu reunião para debater esse parecer, houve nova apresentação
874 de outros questionamentos sobre o empreendimento pelos próprios conselheiros,
875 o que foi também respondido pela empresa. E em decorrência das manifestações
876 que ocorreram dos conselheiros, o órgão de administração, que é o IEF,
877 incorporou medidas mitigadoras para essa autorização. Então é impossível falar
878 que o Conselho não foi consultado e que não teve oportunidade de se manifestar.
879 Muito pelo contrário, as manifestações que foram apresentadas no Conselho
880 foram, inclusive, incorporadas na autorização para o licenciamento ambiental. Há
881 uma segunda discussão a respeito de um mandado de segurança que tramita em
882 Belo Horizonte. Esse mandado de segurança apresenta também questionamento
883 sobre essa anuência. Ocorre que apresenta como se as manifestações também
884 não tivessem sido dadas, o Conselho não tivesse sido escutado, o que já
885 demonstramos aqui que não é verdadeiro. E existe uma decisão liminar que
886 determinou que não fosse realizada a reunião no dia 30 de maio de 2019, para
887 que não fosse votada a ata da reunião anterior. A anuência, a autorização para o
888 licenciamento ambiental, foi concedida no dia 9 de maio, antes do ajuizamento,
889 inclusive, do mandado de segurança, e essa decisão liminar não tratou
890 absolutamente nada sobre a autorização e não determinou nenhuma suspensão
891 de validade nem mesmo apontou que poderia existir algum vício sobre a
892 autorização que foi concedida pelo IEF. Então não existe hoje nenhuma
893 discussão. O IEF e a AGE já se manifestaram nesse processo no sentido de
894 confirmar também a validade da autorização concedida. As partes chegaram a se
895 manifestar, e o juiz deu sequência natural ao processo, tendo despachado em 19
896 de março deste ano. Então não tem qualquer discussão válida sobre a validade
897 das autorizações procedidas, elas permanecem vigentes se servem para esse

processo de licenciamento ambiental. Apenas para encerrar, eu gostaria de tratar também sobre o acordo judicial e o termo de compromisso que foi mencionado pelo conselheiro. Esse acordo judicial foi celebrado entre a Gerdau e o Ministério Público, tendo como anuente o Estado de Minas Gerais, e foi o responsável, inclusive, pela criação do Monumento Natural Serra da Moeda. Desse acordo judicial teve um desdobramento na ampliação das atividades, então não são fatos novos, e foi celebrado termo de compromisso. A Gerdau cumpriu tudo aquilo que está previsto nos dois acordos – no acordo judicial e no termo de compromisso – , e não houve nenhum questionamento até então pelo Ministério Público, que é a quem cabe, eventualmente, indicar se houver algum momento. Se o Ministério Público entender em algum momento que houve descumprimento, ele aplica a pena que está prevista no acordo, que é uma multa pecuniária. O acordo e o termo de compromisso não têm o condão nem de impedir a concessão de licenças ambientais pelo Conselho nem de permitir que a Gerdau opere ou tenha alguma outra atividade, como é natural da separação das atribuições do Ministério Público e do órgão ambiental. Eu me coloco à disposição dos conselheiros para fazer qualquer tipo de esclarecimento sob o aspecto jurídico desse empreendimento.”

Jeanine Oliveira/Sociedade civil: “Primeiro, bom dia. Eu não posso dizer que é um prazer, porque esse processo já corre há algum tempo, essa intenção da Gerdau nessa região é do início deste século. Então eu primeiro queria dizer o seguinte. A licença requerida é em cima de autorização de exploração florestal, canalização de um curso d’água e outorga de barramento. Quanto à autorização de exploração florestal, não temos qualidade de estudo nem confiança na empresa para fazer uma intervenção sem os estudos apropriados, visto que já foi penalizada no passado recente por fazer explorações indevidas, sendo o Francisco, o Kiko, até indiciado criminalmente por esses ocorridos. A canalização do curso d’água, num contexto de crise hídrica, não adianta convencer as pessoas que perderam o rio, mesmo que para uma porcentagem, ‘porque para porcentagem da região...’ Num contexto de crise hídrica, qualquer rio é rio, qualquer água é muita água. E pagamos muito caro por ficar analisando as coisas por esse viés sempre. Ok, são tantos por cento só da água, mas aí interfere no lençol também. O Dr. Leandro Quadros Amorim está aqui, um especialista em rebaixamento de lençol freático. Pegando o caso em específico da mina Águas Claras e de Capão Xavier, que eu acho até mais emblemático, aonde teve até meados do primeiro século até 2005/2006 um impacto de 40% do lençol freático de Fechos. Tendo ele como engenheiro principal, ele pode também comentar a respeito. A outorga do barramento. Esse sump, tecnicamente falando, soa como uma nova modalidade de barramento, porque ele possui inteligência hídrica. É outra coisa também que temos que levar em consideração, se essa empresa não está usando um subterfúgio de engenharia para uma nova modalidade de barramento. Porque na verdade todas essas coisas são barramentos, e nos barramentos não temos confiança enquanto comunidade, enquanto sociedade. E acreditamos que essa empresa também não tenha garantias suficiente para nos dar. Falando sobre o

local. O local é dentro da zona de amortecimento do Mona Arêdes, então impacta diretamente o que chamamos de troca de biodiversidade. A condicionante que foi a criação do Mona e de Arêdes, o decreto de criação dos dois condiciona a existência dos dois nesse corredor. Então qualquer coisa que você faça nesse corredor você está prejudicando as duas unidades de conservação. E só para itens de esclarecimento, quando falamos de biodiversidade, tem como característica principal no Mona um viés de Mata Atlântica, e no Arêdes um viés de Cerrado. Por que você garante que existe troca biológica? Porque vai ter diversidade. Porque tem animais, tem espécies de todos eles, avifauna, mamíferos, todos eles. Eles precisam de determinadas coisas do Cerrado e precisam de determinadas coisas da Mata Atlântica. Então você só consegue a existência de determinadas espécies se elas têm acesso a esses dois biomas. Se você coloca uma interseção no meio, o passarinho, por exemplo, não vai passar mais por ali. Então você prejudicou. Vamos supor que é uma espécie de passarinho que precisa dormir no Cerrado e comer na Mata Atlântica. Ele não vai passar ali, porque tem explosivo, tem retroescavadeira e qualquer impacto. Passarinho não lê placa, passarinho não sabe que a bomba não sobe e chega até ele, passarinho não sabe que o barulho ali é uma coisa que vai ficar local. E muito menos os mamíferos, os mamíferos são os primeiros a acabar. Então impacta diretamente nas duas unidades, inclusive, perdendo o sentido da criação. Porque era um hotspot exatamente para essas espécies que necessitam desse nível de complexidade biológica. Dois biomas tão opostos. A outra coisa é o transporte. Mesmo eles usando vias internas, é um aumento muito grande de movimentação no território. Então volto para a ACP, a ação civil pública que a Gerdau perdeu em 2008. O Ministério Público recomendou a ela que procurasse outro local para se instalar, porque ali não tinha condições para ela se instalar. Ela vem se esgueirando nos caminhos aonde ela pode passar, e existe também uma suspeita por parte da comunidade de que isso seja o início para uma fragilização do território. Porque começa com um pequeno impacto, e aí depois quando já é um médio impacto é mais fácil você licenciar o plano inicial, que seria para o grande impacto. Teve uma conselheira aqui no início que falou que a segurança por parte da sociedade pode vir depois do processo de licenciamento. Primeiro, eu entendo que isso fere todos os ritos legais de licenciamento, porque temos que tranquilizar, educar e comunicar as coisas. Ok, vocês estão olhando só o viés técnico, ‘porque é um avanço usar pilha de estéril’. Ok, mas ainda estamos falando de biodiversidade, de água e de índices socioambientais que vão reduzir a qualidade de vida das pessoas que moram nessa região drasticamente. Inclusive, determinadas comunidades vão deixar de existir ali porque um contexto de um empreendimento médio traz vivências ao território antes não experimentadas. Então é muito fácil falar porque não mora lá, e é mais fácil ainda falar porque não compete nos ritos legais para ser ouvido.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora quer que eu coloque em votação pelo Conselho 5 minutos adicionais? Cinco minutos adicionais para a senhora Jeanine. Ok. Concedidos 5

984 minutos adicionais." Jeanine Oliveira/Sociedade civil: "Muito obrigada, até mesmo
985 porque a representatividade da empresa aqui está altíssima, e duvido que vamos
986 ter a mesma da sociedade civil, visto que esse meio de comunicação pode
987 parecer uma maravilha se pensarmos só na reunião. A reunião está sendo
988 cumprida etc. Agora, a participação fica muito reduzida, nem todo mundo tem
989 condição tecnológica de participar. Então fica aqui também essa consideração,
990 que eu acho que vocês deveriam priorizar, pegar os índices de desenvolvimento
991 humano do Estado e qualificar, de fato, se essa foi a melhor via escolhida pelo
992 Estado para continuar gestando a matéria mineração. A outra coisa que incomoda
993 muito a sociedade é que ok, vocês estão falando de avanços do ponto de vista
994 técnico. Teve um outro conselheiro um pouco antes que falou que a economia
995 mundial, a nossa potência mineral pode ser a nossa retomada. Ok, mas os fundos
996 de investimento internacionais estão dizendo que não vão investir nessa
997 mineração, e esses avanços tecnológicos que vocês estão colocando aqui como
998 as melhorias ainda não são aonde eles irão colocar o dinheiro. Então eu acho que
999 compensava por parte de vocês, já que a intenção é retomada da economia,
1000 ouvirem mais a sociedade, que está dizendo sobre os índices que são
1001 socioambientais, porque são eles que têm que melhorar. Não adianta com essas
1002 meias conquistas técnicas, porque uma pilha de estéril nesse molde ainda é meia
1003 conquista, está longe de ser o cenário ideal para a mineração, longe ainda para
1004 ser um cenário de retomada econômica, porque está intervindo numa área,
1005 inclusive, acho que esse empreendimento da Gerdau vai advogar contra vocês.
1006 Porque impacta diretamente em duas unidades de conservação que têm decreto
1007 e que estão na lista de hotspots internacional de prioridade de conservação. E
1008 vocês estão deixando um empreendimento que vai ficar ali no meio, que já está
1009 posto com uma intervenção drástica e grave na biodiversidade do local. Então se
1010 vocês estão pensando economicamente também eu acho que deviam sentar
1011 numa outra cadeira, não essa a que estão acostumados, e olhar de um outro
1012 ângulo. Isso é indicativo internacional, não é a sociedade civil organizada. E para
1013 finalizar o que eu queria deixar aqui era o seguinte. Não adianta vocês falarem
1014 que querem ouvir a comunidade, 'ah, a gente precisa explicar tecnicamente para
1015 a comunidade...' Todas as vezes que esse assunto passou nas unidades de
1016 conservação, os conselheiros disseram 'não', e mesmo eles sendo consultivos
1017 nenhuma dessa opinião foi qualificada e foi levada em consideração como
1018 condicionante. A comunidade está dizendo 'não', vocês não condicionam nada,
1019 não negociam nada, vocês desqualificam. 'Ah, porque a comunidade não sabe da
1020 técnica, não temos competência para explicar para eles'. O que é uma inverdade,
1021 a maioria dessas pessoas entendeu o que essa técnica está propondo. E a outra
1022 coisa é: o Conselho é só consultivo, mas se fosse só para consultar nesses termos
1023 que estão colocando aqui ele nem precisava existir. Tem um conselheiro, alguém
1024 que você consulta, você condiciona, você leva em consideração. E é o contrário,
1025 vocês estão desqualificando. 'Ah, é porque o gestor deu autorização, não
1026 interessa, eles já foram ouvidos.' Mas não é muro de lamentação o Conselho, é

1027 um espaço aonde as coisas técnicas e sociais são colocadas. E nós esperamos
1028 como sociedade civil sendo um lugar de participação popular e que sejam levadas
1029 em condição, o que não acontece e não aconteceu nesse caso." Presidente Yuri
1030 Rafael de Oliveira Trovão: "Só esclarecendo em relação à participação aqui
1031 virtual, ela é ampla, é possível a todos. Obviamente aqueles que não têm acesso
1032 à internet não poderão ou não conseguem participar. Mas também quando ela era
1033 física aqui, presencial, também havia essa dificuldade para participação de todos.
1034 Mas eu creio que a forma que estamos fazendo alcança muito mais gente do que
1035 a presencial, a participação está sendo muito maior em relação àqueles que
1036 querem se manifestar aqui. E a mesma chance que a empresa tem qualquer outra
1037 pessoa tem também de se manifestar, desde que devidamente inscrita."
1038 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "A manifestação da Jeanine agora veio
1039 simplesmente corroborar aquilo que eu falei aqui antes. Existe uma distância
1040 muito grande entre o que pensam as organizações não governamentais e o
1041 restante. Muito disso é desinformação, mas muito disso é critério. Agora, falando
1042 sobre as pessoas que falaram. O Francisco Lafetá, que bom que quase toda a
1043 exploração do minério de vocês seja para uso no próprio Estado, isso é uma das
1044 coisas que eu advogo. Eu acho que a matriz tributária tinha que mudar, nós
1045 tínhamos que tributar o minério para a exportação e isentar o minério para uso
1046 interno. Isso é ótimo. Mas também tem outros critérios que nós temos que seguir.
1047 No meio de uma crise hídrica, nós temos que estar preocupados constantemente
1048 sobre os impactos cumulativos e sinérgicos da mineração sobre as bacias
1049 hidrográficas que estão ao nosso redor. Eu sou contra qualquer empreendimento
1050 minerário em áreas de preservação, em qualquer unidade de conservação,
1051 qualquer patrimônio paisagístico natural. Sou contra isso tudo. Mas vamos
1052 continuar aqui. Na página 10 do Parecer Único, 'implantação do projeto': 'A PDE
1053 será operada pelo método...' Até que chega assim: '... são gerados os produtos
1054 denominados granulado e sínter feed, que são levados pela BR 040 até a Usina
1055 Presidente Arthur Bernardes, em Ouro Branco e Congonhas, percorrendo uma
1056 distância de 70 km.' Eu não estou dizendo que houve acréscimo ou de quanto
1057 que é o acréscimo. Nada disso. Eu estou dizendo que tem que dar uma solução
1058 para esse negócio da BR 040. Não foi duplicada. Agora, o fato de não ter sido
1059 duplicada não pode ser jogado nas costas da sociedade. E por mais que você
1060 tenha, Alisson, programas de treinamento, de cuidados etc. e tal, você não tira a
1061 espada de cima da cabeça da sociedade que tem que passar de carro ali todos
1062 os dias. Então essa questão de transportar o minério pela BR, transportar
1063 qualquer coisa pela BR com essa incidência, com essa sequência toda, eu sou
1064 determinantemente contra. Agora, para, Paulo, Ana Luiza e Roberto, da Gerdau.
1065 Eu não me sinto seguro em relação à pilha com vocês. A Usiminas fez
1066 corretamente. 'Aqui nesse ponto do terreno nós fizemos tantas sondagens.' Eu
1067 acho que foram 39 sondagens naquela pequena área. Acharam aonde tinha
1068 terrenos mais moles e retiraram, fizeram a terraplanagem e acertaram aquilo. Os
1069 taludes que, normalmente, como é o caso de vocês, 1 para 2, eles fizeram 1 para

1070 4. Isso aumenta muito a segurança, diminuir a inclinação do talude e ter maior
1071 afastamento entre taludes. É o que eles fizeram. Eles sabem previamente que vai
1072 recalcar mesmo tendo tomado todos os cuidados e que os recalques podem, por
1073 exemplo, prioritariamente, a primeira coisa que ocorreria, atingir o sistema de
1074 esgotamento de água pluvial. Então eles mostraram para nós quais são os
1075 cuidados que eles têm com o sistema de água pluvial no momento em que houver
1076 recalque, você tem que estar sempre consertando. Eles mostraram o seguinte,
1077 quando você tem um recalque, ‘para evitar o problema, para minimizar o
1078 problema, nós estamos compactando toda a área a cada 10 cm de altura que a
1079 gente acrescenta de material.’ Esse material compactado, na hora que está
1080 compactado, você vê o recalque. E aí na própria compactação, na própria
1081 movimentação, você acerta o recalque. Essa informação nós não recebemos de
1082 vocês. A mineradora tem que entender o seguinte, não adianta virar uma pessoa
1083 aqui e falar o seguinte: ‘Olha, isso aqui vai ser ótimo, está com excelente
1084 qualidade, está garantido para vocês que não vai cair.’ A sociedade acreditou
1085 nisso até a hora que ela viu algumas barragens caírem sequencialmente e que
1086 depois todas aquelas barragens ou grande parte das barragens que as
1087 mineradoras diziam o seguinte ‘isso aqui não tem problema não, pode confiar que
1088 isso está certo’... Então nível 3, nível 2, nível 1. A sociedade não vai ter confiança
1089 em uma engenharia que chega aqui e fala o seguinte: ‘Pode confiar, a garantia
1090 soy yo’. Não é ‘a garantia soy yo’. Nós queremos ver. Eu fiquei satisfeito com a
1091 apresentação da Usiminas, não fiquei satisfeito com a fala de vocês, realmente.
1092 Desculpe, mas essa é a verdade. Leandro, a sociedade não está tranquila do
1093 ponto de vista de modelo hidrológico. Enquanto nós não tivermos um estudo e o
1094 modelo hidrológico integrado de águas superficiais e águas profundas daquelas
1095 bacias, nós não vamos ficar seguros. Isso é voz corrente na sociedade, está todo
1096 mundo preocupado com o que vai ser a crise hídrica. E para isso aí eu acho que
1097 o empreendedor e depois a própria SEMAD têm que apresentar para a sociedade,
1098 ‘olha, o impacto sobre o recurso hídrico no presente, no médio prazo e no futuro,
1099 a curto, médio e longo prazo, é assim, assim, assim e assim’. Já existem modelos
1100 hidrológicos integrados de águas superficiais e profundas, isso tem que passar a
1101 ser aplicado, porque se não nós não temos confiança, realmente, não dá para ter
1102 confiança.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu vou responder
1103 algumas colocações que foram postas pela Sra. Jeanine. Vários são os espaços
1104 institucionalizados de participação da sociedade nas discussões relativas à
1105 gestão de bens ambientais. Tem inúmeros mecanismos de participação direta,
1106 que estão previstos tanto na Constituição Federal quanto na Constituição
1107 Estadual. A sociedade civil tem possibilitado para ela a participação direta na
1108 defesa do meio ambiente, tanto na formulação quanto na execução das políticas
1109 públicas ambientais, por intermédio seja dos representantes das organizações da
1110 sociedade civil organizada nos colegiados ou até mesmo na discussão dos
1111 estudos de impacto ambiental, nas audiências públicas. São diversos os
1112 mecanismos. Sendo também assegurado pelo Ministério Público, que é quem

1113 atua em nome da coletividade. Quando a gente tenta restringir a participação da
1114 sociedade civil a um processo de licenciamento isso fica muito superficial, porque
1115 vai muito para além disso. A participação da sociedade civil pode se dar não
1116 somente na forma reativa, mas também por meio de participação direta. E aí eu
1117 volto a mencionar que o processo de licenciamento é um ato vinculado, atendendo
1118 à legislação vigente, que foi votada pelos deputados, eleitos pela população, e
1119 não há como não ser concedida, se ela atender aos requisitos legais. Assim como
1120 grande parte do Executivo aqui, parte deste Conselho, quem faz os estudos, quem
1121 faz as vistorias, também é uma equipe direcionada, organizada e montada por
1122 aquele que foi escolhido para ser o governador também pela população. Então
1123 são diversas as formas de atuação de sociedade civil. E por fim eu discordo que
1124 a interlocução e a forma de tranquilizar a sociedade civil não possam ser
1125 posteriores, porque para mim isso é um processo dinâmico, e na verdade não só
1126 pode, como deve ser feito constantemente a todo e qualquer momento. Não tem
1127 como tranquilizar a sociedade civil 100%, sendo que este aqui é o momento ao
1128 vivo de debate, muitas coisas vão ser esclarecidas aqui. Então por isso que eu
1129 falo que pode ser feito, sim, e deve ser feito posteriormente, constantemente, a
1130 todo momento.” Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Só quanto à
1131 questão das reuniões via tecnologia remota, eu discordo e com números de que
1132 tem uma participação menor. Por exemplo, a reunião do dia 8/5 já teve 1.164
1133 visualizações. Eu acredito que nenhuma ata de reunião presencial anterior teve
1134 esse número de pessoas lendo aquela ata. A participação desta reunião hoje, nós
1135 temos 126 pessoas acompanhando pelo YouTube. E eu acho que é uma questão
1136 de lógica também pensar que participar de uma reunião virtual é muito mais fácil
1137 do que se deslocar até Belo Horizonte e participar de uma reunião presencial.
1138 Uma pessoa que se desloca até Belo Horizonte para participar presencialmente
1139 poderia se deslocar para algum lugar e assistir via YouTube também. Então a
1140 questão da participação, é inquestionável que essa metodologia escolhida é boa
1141 e está funcionando, e tem muito mais gente acompanhando e participando.
1142 Quanto ao Conselho também, eu quero dar os parabéns, de verdade, à
1143 manifestação do Julio Grillo hoje. Igual ele falou, ele representa as ONGs. A
1144 sociedade civil é heterogênea. Existem pessoas que pensam conforme as ONGs?
1145 Existem e estão aqui representados por duas cadeiras. Existem pessoas que
1146 pensam conforme as entidades de ensino? Existem e estão aqui representadas.
1147 Existem pessoas que pensam conforme o setor produtivo? Existem e estão aqui
1148 representadas também. E nós temos que respeitar a opinião de todos. A opinião
1149 das ONGs vai ser respeitada, as opiniões das entidades de ensino e do setor
1150 produtivo vão ser respeitadas e analisadas também. O que a conselheira Verônica
1151 falou é muito importante também. As pessoas que estão aqui sentadas
1152 representando o governo também representam a sociedade, de maneira indireta.
1153 Quem votou no governador – que foram se não me engano 7 milhões de votos –
1154 escolheu uma postura num processo eleitoral e que ele está colocando em prática
1155 a política que ele discutiu e ofereceu para a sociedade. Então existe participação,

1156 sim. Essa metodologia que está sendo utilizada, com números, tem uma
1157 participação muito maior do que a presencial." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1158 Trovão: "Conselheiros, eu vou pedir só vénia aqui aos senhores só para
1159 demonstrar. Porque às vezes os senhores conselheiros e aqueles que estão nos
1160 vendo pelo YouTube só vê às vezes eu, a Jeiza e o Hidelbrando. Eu só quero
1161 mostrar para os senhores aqui e já aproveito e dou parabéns, parabenizo a Vânia
1162 e a equipe dela, a equipe do Neto pelas reuniões que estão tendo. Nós tivemos
1163 oportunidade, na primeira semana, de presidir todas as reuniões. Era algo novo
1164 para todos nós. E nós só temos recebido elogios de todos. Eu vou só virar o
1165 computador aqui para os senhores terem ideia da equipe que está aqui neste
1166 momento só para passar esse trabalho para os senhores. Olha quantas pessoas,
1167 quantos computadores interligados aqui para estar passando isso para os
1168 senhores neste momento. Então somente para mostrar para os senhores o
1169 trabalho que está sendo feito pela equipe da Vânia, pelo Neto, pela equipe, a
1170 quem temos que dar parabéns e agradecer pelo trabalho que está sendo
1171 desenvolvido." Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Eu vou me manifestar
1172 só sobre dois pontos que parecem que são os pontos mais discutidos aqui. O
1173 primeiro, em relação às unidades de conservação. É importante destacar que a
1174 autorização seguiu os trâmites legais e os trâmites processuais. Não há na
1175 legislação nem na Lei do Snuc nem o Decreto 4.340 nem na Resolução Conama
1176 428 qualquer dispositivo que proíba a instalação de empreendimento em zona de
1177 amortecimento de unidade de conservação. O requisito para isso tudo é a
1178 emissão da autorização pelo órgão gestor da unidade de conservação. E isso foi
1179 concedido, com base nas análises, com base nos estudos apresentados pelo
1180 empreendedor. Então não vejo qualquer vínculo em relação a essa questão, uma
1181 vez que foi analisada por quem tem competência para isso, foi ouvido o Conselho,
1182 como é determinado pela legislação, e a autorização foi emitida. E por fim só
1183 mencionar a respeito de questionamentos sobre barramento. Eu até gostaria de
1184 ouvir o empreendedor e a Supram a respeito disso, mas dentro do parecer da
1185 Supram, na página 7, que trata do sump Sul, que substitui um dique de contenção
1186 de sedimentos com mais de 10 m de altura. O empreendedor optou pela
1187 construção de um sump, por ser uma estrutura escavada, no lugar de uma
1188 barragem. E que cumpre a mesma função de controle ambiental de contenção de
1189 sedimentos. Tem uma outra observação mais para o final do parecer, na página
1190 39, que diz o seguinte: 'A outorga do Dique Sul foi cancelada, e um novo pedido
1191 de outorga de barramento foi protocolado nesse processo. Vale destacar que,
1192 apesar de a outorga ser de barramento, não se trata de uma barragem e, sim, de
1193 sump escavado. Então eu queria ouvir a Supram e o empreendedor sobre isso,
1194 porque me parece que não há barramento aqui nessa parte sul e, sim, um sump
1195 escavado, conforme consta no próprio parecer da Supram.' Conselheiro José
1196 Angelo Paganini: "A finalidade do projeto me parece adequada. É um processo
1197 de mudança de tecnologia. Mas existe um conflito aí muito grande com os
1198 Conselhos Consultivos das unidades de conservação, e isso me preocupa

1199 bastante. O Conselho Consultivo dá um conselho, o gestor da unidade de
1200 conservação faz o contrário. Isso não é adequado, então isso precisa ser
1201 modificado, se for a legislação, o que for precisar ser modificado. Para que existe
1202 um conselho consultivo se os conselhos que ele dá são ignorados? Então não
1203 tem muito sentido. O outro ponto é que o real impacto nos recursos hídricos
1204 causado pelo empreendimento não foi esclarecido. Nós levantamos algumas
1205 dúvidas, e não foram abordadas. Falaram aí do que estava escrito na página 28,
1206 sobre óleos e graxas, que não ultrapassou o limite e, sim, que a medição estava
1207 abaixo do limite de detecção do aparelho. Mas não é isso que fala no Parecer
1208 Único. No Parecer Único está claro, óleos e graxas ultrapassaram os limites
1209 legais. Então precisa de algum acerto. Dentro dessas colocações, eu acho que
1210 não vale a pena voltar para o pessoal continuar falando se não vão dar as
1211 respostas. Existe uma rede de monitoramento muito grande no empreendimento,
1212 mas eu não vi como a real contribuição do empreendimento no curso d'água é
1213 medida, é avaliada. Existe monitoramento em vários pontos, a qualidade da água
1214 chega ruim e continua ruim. Nós não temos outorga de lançamento de efluente.
1215 A legislação fala que você não pode alterar a qualidade de um curso d'água. Se
1216 a qualidade já está fora do padrão chegando ao empreendimento, teoricamente,
1217 o empreendimento não poderia contribuir com nada, porque vai piorar ainda mais
1218 a condição que está ruim. Então outra coisa que é necessária com urgência é
1219 esclarecer a outorga para lançamento de efluente. Tem que fazer um rateio, cada
1220 empreendimento pode um pouquinho, para que a qualidade do curso d'água
1221 continue adequada. Então isso é um outro ponto que a SEMAD deveria manter
1222 um pouco de atenção. São essas as minhas considerações.” Presidente Yuri
1223 Rafael de Oliveira Trovão: “Pelo que eu entendi, o senhor fez algumas
1224 observações, assim como o Julio, mas o senhor não está fazendo nenhum
1225 questionamento para a empresa. Porque aí eu não preciso voltar. Até agora, o
1226 único questionamento que foi realizado para a empresa foi por parte do Thiago.
1227 O Thiago fez questionamento em relação ao sump, e por isso que eu vou voltar
1228 para a empresa. O senhor somente fez observações de melhoria em relação ao
1229 processo de licenciamento de forma geral. Correto?” Conselheiro José Angelo
1230 Paganini: “Na minha primeira intervenção, eu fiz dois questionamentos.”
1231 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim. Entendo que eles foram
1232 respondidos. Ou o senhor não está satisfeito e quer que eu retorno para
1233 empresa?” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu pedi, inclusive, esclarecimento
1234 da Supram. A Supram não se manifestou a respeito, mas sobre esses assuntos
1235 eu já conversei na apresentação que a empresa fez e aqui nós já colocamos de
1236 novo que não vale a pena voltar e continuar.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
1237 Nunes de Lima: “A minha posição é muito simples. Eu acho que fiquei bastante
1238 confortável com o que foi ontem apresentado pela Gerdau, através do Dr.
1239 Francisco e a equipe, e principalmente os esclarecimentos que foram dados, com
1240 detalhes. O Julio Grillo não pôde participar da reunião ontem, infelizmente. Mas o
1241 próprio Dr. Rafael Mendonça fez uma caracterização muito adequada da

1242 composição da pilha, de todos os detalhes. Então eu só quero dizer isso, que eu
1243 me sinto confortável e perfeitamente favorável a essa situação." Francisco de
1244 Assis Lafetá Couto/Gerdau: "Com relação ao questionamento do Thiago, é isso
1245 mesmo, Thiago. Nesse processo da fase 2 da PDE, nós trocamos. Estava previsto
1246 fazer o Dique Sul, e nós tivemos que alterar esse projeto, pedir nova outorga e
1247 achamos por bem, mais adequado, neste momento, fazer sums. São estruturas
1248 escavadas no solo, que apresentam muito mais segurança em relação à questão
1249 ambiental e da própria segurança da pilha. Então realmente houve essa troca. O
1250 Rodrigo Ribas também pode confirmar essa troca. Inclusive, teve até um atraso
1251 no nosso processo de licenciamento em função desse atraso. Como estamos
1252 descomissionando todas as barragens da empresa, não faria sentido algum
1253 colocar outra estrutura desse tipo em Várzea do Lopes. Por isso nós optamos por
1254 fazer um sump, que é agora a tecnologia que está sendo utilizada pelas outras
1255 empresas também, evitando de qualquer forma fazer qualquer dique, por menor
1256 que seja, para contenção de sedimentos." Rodrigo Ribas/Supri/SEMAP: "Eu vou
1257 começar com dois assuntos iniciais, em relação à outorga e ao sump, e depois
1258 vou passar para a Angélica, a Ana Luiza e a Mariana Pimenta, nessa ordem, que
1259 vão dar todos os esclarecimentos a respeito das questões que foram levantadas
1260 no processo. Eu vou falar do sump, o último assunto tocado foi o sump. É
1261 exatamente o que foi dito pelo Kiko. É uma estrutura escavada, de maneira
1262 alguma se confunde, do ponto de vista da estrutura, com um barramento de
1263 qualquer espécie nem com dique nem com barragem. Então não há que se falar
1264 em estrutura construída de barramento. O que acontece? Quando foi cancelado
1265 o dique, cancelada a outorga do dique, nós discutimos junto ao IGAM, com o
1266 coordenador da Uraga Central, em relação ao comportamento hidrográfico, qual seria o
1267 comportamento hidrográfico a ser regularizado naquele local, no sump. Depois de
1268 estudar, o Rafael, coordenador da Uraga, indicou que o comportamento do corpo
1269 d'água se assemelha ao de barragem. E por isso a outorga é que foi feita como
1270 barramento, apesar de não haver uma barragem em si. Então o que ele analisou?
1271 O comportamento hidrográfico, as compensações hidráulicas, o tanto que a água vai ficar,
1272 o tempo que ela vai levar ali para poder extravasar e passar para o curso d'água
1273 é idêntico ao de um barramento, mas a estrutura é um buraco no solo, é só um
1274 buraco. E o buraco não rompe, e não há que se falar de segurança em relação a
1275 isso. Nós estamos falando de um sump, então aí não se mistura. O outro assunto
1276 é o da outorga, e aí o conselheiro Carlos Eduardo é que levantou em relação à
1277 reunião que foi feita, em relação à outorga e aos prazos de análise do CBH
1278 Velhas. Do ponto de vista ambiental, o parecer da Uraga, o parecer do IGAM, é
1279 bastante contundente em relação a isso, em dizer que há viabilidade ambiental
1280 em se fazer outorga. É importante que se diga que a outorga de dreno de fundo
1281 não é de uso consuntivo, ela não é para diminuir a água na bacia, é para manter
1282 e garantir a vazão dessa água na bacia. Ela não reduz a água, ela mantém o
1283 volume de água. Então atestado pelo IGAM que há viabilidade na outorga esse
1284 processo foi ao CBH Velhas, que tinha uma reunião marcada para o dia 18 de

1285 março. No dia 17, por conta da pandemia, foram suspensas as reuniões do CBH
1286 Velhas. E no dia 19 de março foi promulgado o Decreto 47.890, que já foi
1287 renovado por duas vezes, que suspende todos os prazos de processos
1288 administrativos no âmbito do Estado de Minas Gerais. O CBH Velhas é um órgão
1289 de Estado, não é um órgão à parte do Estado. Ele tem independência, autonomia,
1290 vida própria, é uma organização própria, mas é um órgão de Estado, tanto que é
1291 responsável por emitir uma autorização em nome do Estado. A outorga é uma
1292 autorização que é discutida, analisada e emitida em nome do Estado e que o
1293 Estado incorpora na sua parte administrativa. Todos os processos
1294 administrativos, então, foram suspensos, estão com os prazos suspensos. Não
1295 há que se falar neste momento de que o prazo de 60 dias do CBH Velhas expirou
1296 e que isso tem que migrar para o CERH. Nós temos que aguardar pelo menos
1297 findar a suspensão dos prazos para que o CBH Velhas possa se manifestar ou
1298 possa perder o prazo. Independente disso, garantida a viabilidade do ponto de
1299 vista da outorga, a viabilidade técnica e ambiental da outorga, há uma
1300 condicionante no processo que garante que o dreno de fundo não poderá ser
1301 construído até que essa outorga seja publicada. Então em que pese nós estarmos
1302 aqui analisando a viabilidade do empreendimento a instalação do dreno de fundo
1303 só acontece à medida em que a outorga é publicada. Depois que o CBH Velhas
1304 apreciar, emitir ou não emitir. Se não emitir, por óbvio o dreno de fundo não se
1305 instala e também por óbvio a pilha não se instala sobre ele. Mas, estando emitida,
1306 não há impedimento nenhum do ponto de vista da viabilidade ambiental em
1307 relação a essa instalação. É isso que ficou garantido do ponto de vista
1308 administrativo, do ponto de vista legal e do ponto de vista da viabilidade técnica
1309 que foi avaliada." Angélica Aparecida Sezini/Supri/SEMAD: "Eu vou falar
1310 especificamente em relação às anuências, o que foi um ponto de questionamento
1311 da Pro Mutuca. No processo nosso de licenciamento ambiental consta uma
1312 primeira autorização, que foi emitida em conjunto pelas unidades em março de
1313 2019. Posteriormente, em maio de 2019, essa primeira autorização, que foi nos
1314 enviada através do Memorando 06/2009, foi substituída pela autorização nº 2,
1315 também de 2019, e nessa nova autorização veio para nós, expressamente, a
1316 manifestação do IEF com o seguinte texto: 'Informa que a Autorização Conjunta
1317 Estação de Arêdes e Mona Serra da Moeda nº 01/2019, expedida em 26/3/2019,
1318 torna-se sem efeito após reavaliação e discussão junto aos referidos Conselhos,
1319 com inclusão de duas novas medidas mitigadoras que visam garantir a proteção
1320 das unidades de conservação envolvidas, obedecendo assim aos objetivos que
1321 fundamentam a criação das mesmas.' Esse ofício nós recebemos em maio. Ele
1322 foi emitido em maio de 2019, e foi a última autorização que nós tivemos dentro do
1323 processo. Há uma série de condicionantes a serem respeitadas, são nove pontos
1324 que foram colocados como medidas mitigadoras para serem cumpridas pelo
1325 empreendedor. Então esse é o documento oficial que está no processo de
1326 licenciamento que nós estamos discutindo nesta manhã." Ana
1327 Luiza/Supri/SEMAD: "Eu vou só esclarecer o parecer técnico acerca de alguns

apontamos que foram feitos. Primeiro, em relação à estabilidade da pilha. O projeto de engenharia da PDE foi realizado, a primeira fase, pela empresa de BVP Engenharia e a segunda fase pela Dan Engenharia. Então a avaliação da estabilidade da pilha fica a cargo dessas empresas. Isso inclui a capacidade de suporte do solo em aguentar esse aumento de carga da pilha. A fiscalização de projeto e execução de obra não é da competência da SEMAD. Entretanto, o que nós trouxemos para o parecer foi a execução do programa de monitoramento geotécnico, que descreve o monitoramento mensal das estruturas tanto na fase de instalação quanto na fase de operação. E inclui instrumentação, que se não me engano são 38 marcos superficiais que vão monitor justamente esse recalque, indicadores de nível d'água e piezômetros. A leitura dessa instrumentação vai ser mensal, e está prevista também, como eu mencionei, na fase de operação, as inspeções de campo, que devem ser realizadas também numa frequência mensal. Em relação ao aumento de tráfego na BR-040, eu acho que ficou bem claro que esse processo que está sendo licenciado é de disposição de estéril em pilha, então não está previsto o aumento do escoamento desse produto, que é o sinter feed e o granulado. Nós entendemos que o tráfego de caminhões na BR-040 é um problema que existe, sim, mas não concordamos em trazer essa discussão para esse processo em si, uma vez que não há previsão do aumento de tráfego de caminhões em função desse processo. E em relação aos monitoramentos da qualidade da água, de forma geral, os corpos hídricos estão em um contexto bastante antropizado, e isso torna um pouco complicada a separação das contribuições de cada intervenção. Mas de maneira geral as contribuições potenciais do empreendimento da pilha são os parâmetros de turbidez e sólidos, que são alvos de monitoramento. Inclusive, como foi mencionado, a equipe técnica solicitou o monitoramento de mais dois pontos para esses parâmetros de sólidos e turbidez. Então vai ter também as estruturas de controle para evitar o carreamento de sedimentos. No mais, eu acredito que o Felipe deixou claro a origem das inconformidades. O parâmetro óleo e graxa não está diretamente associado à pilha. Como eu mencionei, os parâmetros diretamente associados à pilha são turbidez e sólidos." Mariana Pimenta/Supri/SEMAD: "Eu pedi para poder participar da reunião por causa da fala da Sra. Jeanine relativa aos impactos no meio biótico. A primeira coisa que ela mencionou foi que o diagnóstico biótico não trouxe informações suficientes para o processo. Eu ouso discordar, o diagnóstico que foi feito nesse processo, principalmente relativo à flora, foi um dos melhores diagnósticos que eu já vi feitos até hoje em estudos, inclusive com grande diversidade de gramíneas, o que não é muito comum aparecer em diagnósticos bióticos. Então nós tivemos um subsídio muito grande para poder fazer análise de impactos relativos ao meio biótico nesse processo. Além disso, o conselheiro Thiago falou que nós seguimos todos os trâmites processuais para autorizar o empreendimento em zona de amortecimento de unidade de conservação, mas, mais do que isso, nós fizemos análise técnica também sobre os impactos que esse empreendimento teria nessas unidades.

1371 Então não só avaliamos a possibilidade da supressão de vegetação e da perda
1372 de fauna por causa da instalação desse empreendimento, nós verificamos que a
1373 compensação foi feita também nessa região para poder aumentar a zona de
1374 amortecimento dessas unidades, garantimos que houvesse corredores
1375 ecológicos entre as unidades para ter o fluxo de fauna, para poder continuar tendo
1376 a biota e também prevemos problemas muito sérios sobre preservação de
1377 espécies ameaçadas, que vão sofrer impacto no empreendimento, mas também
1378 vão ter grandes ganhos, tanto na área de pesquisa quanto na área de
1379 conservação. Então nós entendemos que, apesar de o empreendimento estar em
1380 zona de amortecimento de unidade de conservação, as compensações, as
1381 medidas mitigadoras e os controles estão muito bem-feitos e estão garantindo,
1382 sim, que não vai haver extinção e não vai ter um impacto significativo sobre a
1383 biota." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu retorno para os senhores
1384 conselheiros. Alguma consideração final, algum destaque adicional? Eu creio que
1385 já esgotamos todos os assuntos em relação a esse processo e vou levá-lo a
1386 julgamento. Eu não sei se a Sra. Jeanine está com a mão levantada, mas como
1387 eu disse anteriormente eu só vou voltar aos inscritos se houvesse dúvidas por
1388 parte do Conselho. Não houve nenhuma dúvida por parte do Conselho. A senhora
1389 foi citada, mas já teve chance de falar. A senhora já teve chance de se manifestar,
1390 não existe questão de ordem. A questão de ordem em relação ao Regimento, a
1391 pessoa se manifesta por um momento só, 5 minutos, podendo prorrogar um 1
1392 minuto pelo presidente e mais 5 minutos por votação. A senhora já teve o seu
1393 tempo. Não houve questionamento nenhum por parte do Conselho para a
1394 senhora. Eu vou colocar em votação o nosso processo, item 6.1, Gerdau
1395 Açominas S/A, Mina Várzea do Lopes, pilha de rejeito e estéril, Processo
1396 Administrativo 1776/2004/028/2017. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,
1397 Codemig, Ibama, ANM, Sindistra, Fiemg e SME. Voto contrário: Pro Mutuca.
1398 Abstenção: Relictos. Ausente: Abes. Justificativa de abstenção de voto e de voto
1399 contrário. "Conselheiro José Angelo Paganini: "Pelas considerações que eu já fiz.
1400 Qual o real impacto sobre os recursos hídricos e o conflito entre conselheiros
1401 consultivos e decisão de gerentes de unidades de conservação." Conselheiro
1402 Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu já coloquei na minha fala inicial e eu realmente não
1403 me sinto muito seguro com isso tudo. E tem coisas que eu sou determinantemente
1404 contrário. 'O contrato de duplicação da BR-040 acabou aqui não houve', mas nós
1405 não podemos penalizar a sociedade, esse transporte pela BR tem que acabar,
1406 isso tem que ser equacionado. Outro aspecto é o aspecto das águas superficiais
1407 e profundas. Não adianta pegar um complexo mineralógico desse porte e olhar as
1408 coisas falando assim: 'Mas agora nós estamos analisando só isso.' Não é só isso,
1409 tem um contexto, e nós temos que analisar esse contexto, a meu ver. E outro
1410 problema é também aquela questão das anuências. Poxa, teve reunião, e as
1411 reuniões tiveram, seguidamente, porque a sociedade estava se manifestando
1412 contrariamente àquilo, tanto que estão questionando isso até hoje, as ONGs estão
1413 questionando isso até hoje, os moradores de regiões diretamente afetadas estão

1414 questionando isso até hoje. Então meu voto é contrário por todos esses motivos.
1415 Agora, mais uma coisinha aqui. Eu acho – aí já falando sobre toda a história de
1416 hoje – que os processos de licenciamento, como tudo na vida, têm que evoluir.
1417 Quando esse processo de licenciamento foi concebido, nós não tínhamos a crise
1418 hídrica com que estamos, não estávamos na crise climática como a que vamos
1419 começar a enfrentar, não tínhamos diversos problemas, a sociedade mesmo
1420 talvez não estivesse tão consciente da importância do papel dela. Então nós
1421 estamos em um processo civilizatório, a alteração dessas leis faz parte do
1422 processo civilizatório, é necessária, mas acontece que isso tem que ser discutido
1423 antes assim. Antes de você fazer uma alteração na lei, você tem que questionar
1424 as coisas aqui. Por exemplo, essa questão do prazo, eu sei que o prazo está aí
1425 por decreto. Agora, nós estamos pensando já, conversamos com a Assembleia a
1426 respeito de alteração via lei normal para que você possa então colocar um prazo
1427 obrigando a sociedade a ser consultada. Agora, faz parte de um processo de
1428 evolução. Nós não podemos achar o seguinte, ‘porque está na lei, está na lei’.
1429 Isso aqui é um Conselho de Política Ambiental, nós podemos e devemos discutir
1430 política ambiental, e discutir pensando como é que podemos melhorá-la, como é
1431 que nós podemos fazer com que a política ambiental seja mais sustentável, como é
1432 que nós podemos fazer com que a política ambiental ou o processo de
1433 licenciamento nos dê segurança hídrica. Então nós temos que discutir, sim, este
1434 é o fórum, o Conselho para se discutir a evolução dos processos de licenciamento
1435 é esse, a meu ver. Mas de qualquer forma, neste caso, em função de tudo que foi
1436 dito, o meu voto é contrário.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então o
1437 processo foi deferido com nove votos favoráveis, um contrário, uma abstenção e
1438 uma ausência.”

7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO.

7.1) Santa Helena Mineradora Ltda. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. Frutal/MG. PA 11342/2018/001/2018. ANMs 832.373/2008; 830.418/2008; 830.419/2008 e 830.421/2008. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Triângulo Mineiro.

Processo retirado de pauta com pedido de vista da Pro Mutuca. Justificativas. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O item 7.1, aparentemente, não tem problema, mas nós temos que buscar informações para a sociedade. Para isso, estamos pedindo vista. Do 7.2, da Vale, também vamos fazer o pedido de vista. Além disso, eu gostaria que até lá o próprio pessoal da Vale ou da SEMAD se preparasse para responder duas perguntas. A primeira é verificar se nós teremos algum rebaixamento nos níveis de lençol freático. A segunda é o seguinte: ali tem pilhas de 150 a 223 m de altura, capacidade de 300 a 450 t/m². Isso preocupa muito. Nós temos que pedir mais detalhes, como fez a Usiminas, sobre quais são os cuidados que o empreendedor está tomando com o recalque que ocorrerá naquelas pilhas, se tem um tratamento prévio, antes do início, e depois quais são os cuidados na medida em que os recalques surjam. São essas duas que nós gostaríamos de ter esclarecidas. O

1457 item 8.1 eu acho que está apressado. Nós deveríamos aguardar anuência do
1458 Ilepha. E também os cuidados que o empreendedor está tomando para o recalque
1459 da pilha de 67 m. No item 9, nós que temos que aguardar anuência do Iphan e do
1460 Ilepha. E no item 10 eu queria dar uma observação um pouco maior. Na página
1461 5/27 do Parecer Único, item 4, caracterização ambiental, diz: 'Conforme consulta
1462 à IDE/Sistema, o empreendimento encontra-se no bioma Cerrado, não está
1463 localizado em área prioritária para conservação da biodiversidade, se localiza em
1464 área muito alta a alta média para conservação, não se encontra em área de
1465 corredores ecológicos legalmente instituídos pelo IEF.' Então a minha observação
1466 é a seguinte. Na minha opinião, essa mentalidade tem que mudar ou então não
1467 vai sobrar nenhum corredor ecológico no Estado de Minas Gerais. O corredor
1468 ecológico existe, de fato, ou não existe de fato. E se ele existe de fato e ainda não
1469 está legalmente instituído a obrigação legal da SEMAD é ver como se pode
1470 preservá-lo, não é simplesmente desconsiderar porque ele não está legalmente
1471 instituído. Então essa a observação que eu faço para a SEMAD em relação ao
1472 Parecer Único. Eu vou ser uma pessoa aqui que vou insistir sempre com essa
1473 questão de corredores, porque eles estão no final, e nós temos que tomar alguma
1474 atitude para preservar os corredores ecológicos. Então a primeira delas é
1475 reconhecer aonde eles existem, e depois tentar, legalmente, instituí-los. O PU é
1476 para revalidação de licença operacional, mas o histórico da empresa no período
1477 preocupa. Tem, inclusive, uma parte ali dizendo: 'Diante do exposto, o
1478 empreendedor operou ao longo da validade da licença descumprimento as
1479 condicionantes e deixando a desejar nos prazos de entrega das condicionantes
1480 5, 6 e 7.' De qualquer forma, tem o pedido de vista, e essas observações iniciais
1481 auxiliam para que se possa ter algum acréscimo, explicação, alguma coisa desse
1482 tipo."

7.2) Vale S/A. Complexo Mariana. Mina de Alegria. Fábrica Nova. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco. Minério de ferro. Mariana/MG. PA 00182/1987/101/2015, ANM: 1076/1967. Classe 5.

Apresentação: Suppri. Processo retirado de pauta com pedido de vista da Pro Mutuca e vista conjunta solicitada por Sindieextra, Fiemg e SME.

Laura/Supri/SEMAD: "Eu vim aqui só trazer alguns destaques de relevância que
1488 não alteram o conteúdo maior do nosso parecer, mas estamos pedindo a retirada
1489 da condicionante 3: 'Apresentação e adequação do programa de monitoramento
1490 da fauna para incluir programas específicos para o guigó (*Callicebus personatus*),
1491 prevendo publicações científicas relativas à conservação da espécie, incluindo
1492 ainda a recomendação do Ibama de que a metodologia de armadilha fotográfica
1493 deverá ter o número de dias de amostragem não inferior a 15 dias.' A nossa
1494 equipe acatou essa recomendação do Ibama, porém o levantamento da área
1495 apresentou apenas para outra espécie, que é a *Callicebus nigrifrons*, e essa
1496 espécie não consta em nenhuma lista de espécies ameaçadas. Então estamos
1497 pedindo a retirada pelo erro técnico de exigir um programa de uma espécie que
1498 não ocorre na região. Na condicionante 11, pedimos para alterar o prazo para 180
1499 dias, considerando que a condicionante pede para apresentar uma nova proposta

1500 de compensação para a espécie. Nós pedimos alteração de prazo porque é uma
1501 espécie de Campo Rupestre, e entendemos que as práticas para compensação
1502 dessa espécie ainda estão em avaliação, em construção e realmente demanda
1503 um pouco mais de tempo para se elaborar a proposta, mais que 90 dias. Pedimos
1504 também no Anexo III, no item 9: nós escrevemos que ‘a destinação da lenha para
1505 doação de comunidade local’ quando na verdade ela vai ser comercializada,
1506 seguindo as exigências legais do IEF. E pedimos também alteração na capa. Por
1507 um erro nosso também, ficou faltando uma servidora da equipe que elaborou o
1508 parecer que é a Leilane Sobrinho. E aí o parecer já com essas modificações foi
1509 enviado para os senhores.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Vista conjunta.
1510 Eu também quero não só poder analisar de uma forma mais profunda, mas
1511 também ver essa questão, como que foi colocado no outro processo da Usiminas
1512 e também esse da Vale na questão de recalque e suporte de solo.” Conselheiro
1513 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Vista conjunta, mesma justificativa da Denise.”
1514 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Pedido de vista para estudar
1515 um pouco mais a questão da ampliação de lavra versus produção de minério de
1516 ferro.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE**
1517 **INSTALAÇÃO CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **8.1)**
1518 **Oratórios Engenharia Mineral Ltda.** Pilhas de rejeito/estéril; unidade de
1519 tratamento de minerais (UTM), com tratamento a úmido; lavra a céu aberto.
1520 **Minerais metálicos, exceto minério de ferro;** postos revendedores, postos
1521 ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos
1522 flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de
1523 aviação. Nazareno/MG. PA 27116/2011/002/2019, ANMs 831.947/2002 e
1524 831.972/2005. **Classe 5. Apresentação:** Supram Sul de Minas. Processo
1525 retirado de pauta com pedido de vista da Pro Mutuca e vista conjunta solicitada
1526 pela SME. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria pedir
1527 vista em função de conhecer um pouquinho o tratamento a úmido que está sendo
1528 feito em minério de manganês.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
1529 **EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA.** **9.1)** D.W. Parreiras
1530 Dragagem e Materiais de Construção Ltda. ME. Extração de areia e cascalho
1531 para utilização imediata na construção civil e postos revendedores, postos
1532 ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos
1533 flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de
1534 aviação. Carmópolis de Minas e Itaguara/MG. PA 01497/2008/006/2018, ANM:
1535 832.418/2004. **Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
1536 **alínea b).** **Apresentação:** Supram Alto São Francisco. Processo retirado de
1537 pauta com pedido de vista da Pro Mutuca. **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
1538 **PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **10.1)**
1539 **Minerações Gerais Ltda.** Lavra a céu aberto. **Minerais não metálicos, exceto**
1540 **rochas ornamentais e de revestimento;** unidade de tratamento de minerais
1541 **(UTM), com tratamento a úmido;** pilhas de rejeitos/estéril; estrada para
1542 transporte de minérios/estéril externa aos limites dos empreendimentos

1543 **minerários. Inhaúma/MG. PA 16894/2008/008/2016, ANMs: 831.268/1987,**
1544 **831.807/1988 e 831.806/2001. Classe 5. Apresentação: Supram Central**
1545 **Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da Pro Mutuca e
1546 vista conjunta solicitada por Sindiextra e Fiemg. Conselheira Denise Bernardes
1547 Couto: “Eu quero pedir vista também para verificar questões de condicionantes
1548 em que eu tive algumas dúvidas quanto ao Parecer Único.” Conselheiro Thiago
1549 Rodrigues Cavalcanti: “Vista conjunta pelos mesmos motivos externados pela
1550 Denise.” **11) ENCERRAMENTO.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em
1551 relação aos processos que foram pedidos de vista, como nós já encaminhamos a
1552 todos os senhores, então não é necessário encaminhar o link com as informações
1553 novamente. A Vânia já está me falando aqui que o parecer da Supri já foi
1554 encaminhado para o site e também já foi substituído.” Conselheiro Julio Cesar
1555 Dutra Grillo: “Você falou a respeito da liberação já dos pareceres. Eu queria
1556 sugerir a vocês que, em alguns casos de questionamentos que nós já
1557 apresentamos com antecedência, vocês acrescesssem ao parecer a observação
1558 que nós fizemos. Porque isso poderia alterar o nosso voto. Eu fiz questão, com
1559 antecedência, de colocar o seguinte: ‘Olha, isso aqui tem que ser feito, isso aqui
1560 não está claro.’ Mesmo antes de consultar a sociedade.” Presidente Yuri Rafael
1561 de Oliveira Trovão: “Não podemos alterar o parecer agora, posteriormente, com
1562 as informações, se não seria um parecer novo no sistema, que não foi
1563 apresentado nesta reunião. Se ele tivesse sido alterado nesta reunião, a gente
1564 alteraria. Por isso que eu pedi que fosse transcrita na íntegra a fala do senhor no
1565 processo para a equipe já trazer essas informações na próxima reunião.”
1566 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “O coronavírus está nos
1567 trazendo uma organização diferente, inovadora, para reuniões. Eu queria
1568 congratular com a direção da SEMAD por essa iniciativa. Nós estamos tendo
1569 muito mais democracia falando aqui do que em reuniões complicadas de
1570 presença. Então eu queria mais uma vez congratular com o Hidelbrando, com a
1571 organização de vocês, Yuri, porque está realmente sensacional, todos estão
1572 tendo direito de falar em tempo e ordem.” Não havendo outros assuntos a serem
1573 tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de
1574 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

1575
1576
1577
1578
1579 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**
1580 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**